

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2020/2021



TII

**A RESPOSTA À EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE
VIOLENTA E GRAVE: NOVAS COMPETÊNCIAS PARA A
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

Jorge Manuel Ribeiro Goulão
CORONEL GNR



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A RESPOSTA À EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE
VIOLENTA E GRAVE: NOVAS COMPETÊNCIAS PARA
A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

COR GNR Jorge Manuel Ribeiro Goulão

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Pedrouços 2021



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A RESPOSTA À EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE
VIOLENTA E GRAVE: NOVAS COMPETÊNCIAS PARA
A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

COR GNR Jorge Manuel Ribeiro Goulão

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Pedrouços 2021



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Jorge Manuel Ribeiro Goulão**, declaro por minha honra que o documento intitulado “A RESPOSTA À EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE: NOVAS COMPETÊNCIAS PARA A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial General 2020/2021** no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 6 de maio de 2021

Cor GNR Jorge Manuel Ribeiro Goulão



Agradecimentos

A elaboração deste Trabalho de Investigação Individual, no âmbito da frequência do Curso de Promoção a Oficial General 2020/21, não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de algumas pessoas, às quais quero deixar aqui o meu profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, ao Senhor Professor Doutor José Fontes pela sua esclarecida orientação, conselhos úteis e disponibilidade permanente ao longo da investigação.

Um agradecimento especial também ao Sr. Major Vilela da Costa pelo apoio constante e pertinentes sugestões, que permitiram melhorar continuamente o percurso metodológico.

Aos entrevistados, distintas entidades e profissionais das Forças e Serviços de Segurança, pela generosidade na partilha do conhecimento e da sua experiência pessoal, numa matéria complexa e sensível no âmbito do Sistema de Investigação Criminal.

À Guarda Nacional Republicana e todas as pessoas com as quais ao longo da minha carreira tive o privilégio de privar, em especial aos militares e civis dos Comandos Territoriais de Lisboa e Setúbal, que são um exemplo de dedicação à causa pública em *prol da Grei*.

Aos meus amigos e camaradas de curso, pelo o apoio e amizade que sempre me dispensaram, incentivando-me a ir mais além.

Por último, à minha família pelo o apoio incondicional e por tudo o que fizeram por mim, que é indescritível em palavras.

A todos deixo o meu humilde *bem-haja*.



Índice

1. Introdução	1
2. A Segurança Interna e a Criminalidade Violenta e Grave	5
2.1 O conceito de Criminalidade Violenta e Grave	7
2.2 A evolução da Criminalidade Violenta e Grave	8
2.3 Síntese conclusiva.....	10
3. A Investigação Criminal em Portugal.....	11
3.1 A Lei-Quadro da Política Criminal e a Lei de Política Criminal	14
3.2 O Ministério Público.....	14
3.3 Os Órgãos de Polícia Criminal de competência genérica.....	15
3.3.1 A Polícia Judiciária.....	15
3.3.2 A Polícia de Segurança Pública.....	16
3.3.3 A Guarda Nacional Republicana	17
3.4 Síntese conclusiva.....	18
4. A Guarda Nacional Republicana e a investigação da Criminalidade Violenta e Grave..	19
4.1 Análise e apresentação de resultados.....	20
4.1.1 Recolha e tratamento de dados	21
4.1.2 Análise, apresentação e discussão dos resultados	21
4.1.2.1 Investigação da Criminalidade Violenta e Grave	21
4.1.2.2 Alargamento das competências de investigação	22
4.1.2.3 Crimes dolosos ou agravados pelo resultado (Homicídios)	23
4.1.2.4 Crimes praticados com arma de fogo (Roubos)	24
4.1.2.5 Medidas na dimensão legislativa.....	25
4.1.2.6 Medidas na dimensão institucional.....	26
4.1.2.7 Investigação dos crimes violentos e graves nos Comandos Territoriais ..	26
4.1.2.8 Equipas especializadas na Criminalidade Violenta e Grave	27
4.1.2.9 Alterações organizacionais ou de outra natureza	27
4.2 Síntese conclusiva.....	28
5. Conclusões	30
Referências Bibliográficas.....	36



Índice de Anexos

Anexo A —	Lista de crimes da competência reservada da Polícia Judiciária ...	Anx A - 1
Anexo B —	Lista de crimes de investigação prioritária	Anx B - 1
Anexo C —	Organograma da Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana: Anexo N do Despacho N.º 18/14-OG	Anx C - 1

Índice de Apêndice

Apêndice A —	Modelo de Análise	Apd A - 1
Apêndice B —	Catálogo da Criminalidade Violenta e Grave	Apd B - 1
Apêndice C —	Criminalidade Violenta e Grave registada pela Guarda Nacional Republicana	Apd C - 1
Apêndice D —	Lista nominal dos entrevistados	Apd D - 1
Apêndice E —	Guião de entrevista	Apd E - 1
Apêndice F —	Análise das entrevistas de aprofundamento	Apd F - 1
Apêndice G —	Sinopse das entrevistas	Apd G - 1

Índice de Figuras

Figura 1 - Sistema de Forças da Segurança Interna	7
Figura 2 - Evolução da Criminalidade Geral e da Criminalidade Violenta e Grave (2008- 2019)	8
Figura 3 - Organograma da Investigação Criminal da GNR	Anx C - 1

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Criminalidade Geral e Criminalidade Violenta e Grave (2018-2019)	9
Tabela 2 - Evolução dos efetivos da Polícia Judiciária	16
Tabela 3 - Evolução dos efetivos da Polícia de Segurança Pública	17
Tabela 4 - Evolução dos efetivos da Guarda Nacional Republicana	18
Tabela 5 - Criminalidade Violenta e Grave registada pela GNR.	3

Índice de Quadros

Quadro 1 - Investigação da Criminalidade Violenta e Grave	22
Quadro 2 - Alargamento das competências de investigação	23
Quadro 3 - Crimes dolosos ou agravados pelo resultado (Homicídios)	24



Quadro 4 - Crimes praticados com arma de fogo (Roubos)	25
Quadro 5 - Medidas na dimensão legislativa.....	26
Quadro 6 - Medidas na dimensão institucional	26
Quadro 7 - Investigação dos crimes violentos e graves nos Comandos Territoriais	27
Quadro 8 - Equipas especializadas na Criminalidade Violenta e Grave.	27
Quadro 9 - Alterações organizacionais ou de outra natureza.	28
Quadro 10 - Modelo de Análise.	Apd A - 1
Quadro 11 - Competências dos Órgãos de Polícia Criminal.	Apd B - 1
Quadro 12 - Identificação dos Entrevistados.....	Apd D - 1
Quadro 13 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 1).....	Apd F - 1
Quadro 14 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 2).....	Apd F - 1
Quadro 15 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 3).....	Apd F - 1
Quadro 16 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 4).....	Apd F - 2
Quadro 17 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 5).....	Apd F - 2
Quadro 18 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 6).....	Apd F - 2
Quadro 19 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 7).....	Apd F - 3
Quadro 20 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 8).....	Apd F - 3
Quadro 21 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 9).....	Apd F - 3
Quadro 22 - Sinopse das entrevistas.....	Apd G - 1



Resumo

Vivemos hoje num mundo complexo e globalizado, caracterizado pela incerteza e por riscos e ameaças à segurança, onde o terrorismo, a criminalidade violenta e organizada e a cibercriminalidade, assumem particular relevância.

É neste contexto que os diferentes atores do Sistema de Segurança Interna são chamados a atuar, onde a cooperação e a partilha de informações, a par da investigação criminal, se apresentam como determinantes.

O objeto de estudo deste trabalho de investigação é analisar a evolução da Criminalidade Violenta e Grave, identificando medidas que poderão ser adotadas para melhorar a contribuição da Guarda Nacional Republicana na investigação deste tipo de criminalidade.

Neste estudo foi utilizado o raciocínio dedutivo e uma estratégia de investigação qualitativa, sendo o desenho de pesquisa o estudo de caso.

Os instrumentos de recolha de dados assentaram na análise documental e em entrevistas semiestruturadas a personalidades de reconhecido mérito e experiência nesta temática.

Da investigação concluiu-se que a Guarda Nacional Republicana, como Órgão de Polícia Criminal de competência genérica, está hoje capacitada para desenvolver ações de investigação criminal de largo espectro, desde a pequena criminalidade até à Criminalidade Violenta e Grave, podendo abraçar novas competências para melhorar o seu contributo no âmbito do Sistema de Investigação Criminal.

Volvidos cerca de doze anos após a aprovação da atual Lei de Organização da Investigação Criminal, constata-se uma acelerada mudança das sociedades atuais, caracterizadas pela globalização e multiplicidade de riscos e ameaças à Segurança Interna, que sugerem uma reapreciação dos pressupostos que estiveram na base da repartição de competências de investigação entre os Órgãos de Polícia Criminal, em especial no âmbito dos crimes de *catálogo* da Criminalidade Violenta e Grave.

Palavras-chave

Segurança Interna — Investigação Criminal — Guarda Nacional Republicana — Lei de Organização da Investigação Criminal — Órgãos de Polícia Criminal



Abstract

We live today in a complex and globalized world, characterized by uncertainty and security risks and threats, where terrorism, violent and organized crime and cybercrime are of particular importance.

It is in this context that the different actors in the Homeland Security System are called upon to act, where cooperation and information sharing, together with criminal investigation, present themselves as crucial.

The study object of this Investigation Work is to analyse violent and serious crime, considering the current investigative power distribution among the different Police Forces, identifying measures that could be adopted to improve the contribution of the Republican National Guard in this subject.

In this study were used a deductive reasoning and a qualitative research strategy, supported by a case study research design.

The data collection instruments used were based on documentary analysis and semi-structured interviews made to with relevant and experienced personalities in this subject.

From the present investigation, it was concluded that the Republican National Guard, in the present, as a general competence Criminal Police, is able to develop wide-ranging criminal investigation actions, from minor crime to violent and serious crime, and can embrace new challenges to improve their contribution to the Criminal Investigation System.

Approximately twelve years after the approval of Portuguese Criminal Investigation Law, there is a rapid change in today's societies, characterized by globalization and the multiplicity of risks and threats to Homeland Security, which suggests a reassessment of the assumptions that formed the basis of the division of investigative powers between the different Criminal Police Forces, namely within the scope of the Violent and Serious Crimes catalog.

Keywords

Internal Security — Criminal Investigation — Guarda Nacional Republicana — Portuguese Criminal Investigation Law — Criminal Police Bodies



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AJ Autoridade Judiciária

C

CG Criminalidade Geral

CPOG Curso de Promoção a Oficial General

CPP Código de Processo Penal

CRP Constituição da República Portuguesa

CTer Comando Territorial

CVG Criminalidade Violenta e Grave

D

DIC Direção de Investigação Criminal

DTer Destacamento Territorial

F

FFSS Forças de Segurança

FSS Forças e Serviços de Segurança

G

GNR Guarda Nacional Republicana

GIOE Grupo de Intervenção e Operações Especiais

I

IC-GNR Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana

IUM Instituto Universitário militar

L

LOGNR Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

LOPJ Lei Orgânica da Polícia Judiciária

LOPSP Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública



LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LPC	Lei de Política Criminal
LPP	Lei Processual Penal
LQPC	Lei Quadro da Política Criminal
LSI	Lei de Segurança Interna
M	
MP	Ministério Público
N	
NEP	Norma de Execução Permanente
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
O	
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OPC	Órgão de Polícia Criminal
P	
PGR	Procuradoria-Geral da República
PIIC	Plataforma Integrada de Informações Criminais
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
Q	
Q	Questão/Problemática
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
R	
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
S	



S	Segmento
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGSSI	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SI	Segurança Interna
SIC	Sistema de Investigação Criminal
SIIC	Secção de Informações e Investigação Criminal
SIC - UI	Secção de Investigação Criminal da Unidade de Intervenção
SIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SSI	Sistema de Segurança Interna
T	
TII	Trabalho de Investigação Individual
TN	Território Nacional
U	
UI	Unidade de Intervenção
UE	União Europeia
Z	
ZA	Zona de Ação
W	
WEF	<i>World Economic Forum</i>



1. Introdução

O atual espectro internacional, onde interagem atores nacionais e internacionais, tem vindo a caracterizar-se pela multiplicidade de riscos e ameaças, transnacionais e não convencionais, cuja volatilidade e imprevisibilidade são fatores decisivos (GNR, 2020, p. 42).

Como refere Gouveia (2015, p. 133) “Com os ataques terroristas da AL Qaeda, a sociedade de risco tornou-se uma comunidade internacional de risco, com tudo quanto isso passou a implicar ao nível das relações internacionais”.

Por outro lado, segundo Braz (2011, p. 91) as organizações criminosas “[...] adotaram modelos empresariais com hierarquia própria, divisão de tarefas, especialização e planeamento operacional e, em muitos casos, com uma visão estratégica da atividade ilícita que desenvolvem [...]”, mostrando uma notável habilidade para escapar imunes ao sistema de justiça.

Neste contexto, as questões de segurança relacionadas com o terrorismo, a criminalidade altamente organizada e a cibercriminalidade, entre outras ameaças emergentes, há muito que deixaram de ser apenas uma preocupação interna de cada país, podendo mesmo afirmar-se que “[...] o combate isolado dos Estados ao fenómeno da criminalidade organizada e do terrorismo está condenado ao fracasso, não existindo alternativa à cooperação internacional” (Borges, 2014, p. 131).

Estes são os desafios que hoje se colocam às Forças e Serviços de Segurança (FSS), onde a cooperação e a partilha de informações, a par da investigação criminal, assumem particular importância, num mundo cada vez mais globalizado e em constante aceleração.

Este Trabalho de Investigação Individual (TII) tem como objeto de estudo a Criminalidade Violenta e Grave (CVG), tendo presente as competências de investigação dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) no Sistema de Investigação Criminal (SIC), procurando identificar medidas para melhorar o *combate* à CVG, designadamente novas competências que poderão ser atribuídas à Guarda Nacional Republicana (GNR).

A investigação encontra-se delimitada nos seguintes modos: (i) delimitação temporal, reporta-se desde 2008¹, até 2020. Porém, no que diz respeito à análise estatística, considerou-se até 2019² inclusive.; (ii) Delimitação espacial, reporta-se ao Território Nacional (TN),

¹ Ano de aprovação da atual Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC).

² Face à Pandemia Covid-19, e aos sucessivos confinamentos que foram impostos no Estado de Emergência, o ano 2020 é considerado atípico relativamente à criminalidade registada. Por outro lado, os dados estatísticos de 2020 só ficaram disponíveis no segundo trimestre de 2021.



onde a GNR possui competências, próprias e delegadas de investigação criminal, nos termos da sua Lei Orgânica e da Lei Processual Penal (LPP); (iii) Delimitação de conteúdo, reporta-se à atividade desenvolvida pela GNR no âmbito do *combate* à CVG.

Considerando o objeto de estudo formulado, procedeu-se à definição do seguinte Objetivo Geral (OG): Propor novas competências para a Guarda Nacional Republicana no *combate* à Criminalidade Violenta e Grave.

Para se alcançar o OG foram definidos os seguintes Objetivos Específicos (OE):

OE1: Descrever a evolução da Criminalidade Violenta e Grave, no atual contexto de riscos e ameaças à Segurança Interna.

OE2: Analisar as competências dos Órgãos Polícia Criminal de competência genérica na investigação da Criminalidade Violenta e Grave.

OE3: Identificar medidas que poderão melhorar o contributo da Guarda Nacional Republicana no *combate* à Criminalidade Violenta e Grave.

Para orientar o processo de investigação, definiu-se uma Questão Central (QC) e três Questões Derivadas (QD):

QC: Que competências poderão ser atribuídas à Guarda Nacional Republicana para melhorar o *combate* à Criminalidade Violenta e Grave?

QD1: Como tem sido a evolução da Criminalidade Violenta e Grave, no atual contexto de riscos e ameaças à Segurança Interna?

QD2: Quais são as competências dos Órgãos de Polícia Criminal de competência genérica na investigação da Criminalidade Violenta e Grave?

QD3: Que medidas poderão melhorar o contributo da Guarda Nacional Republicana no *combate* à Criminalidade Violenta e Grave?

Em termos de metodologia adotou-se um posicionamento ontológico construtivista, que defende “[...] que os fenómenos e os seus significados estão constantemente a ser executados pelos atores sociais” (Santos & Lima, 2019, p. 16) e, na visão epistemológica, uma posição interpretativista, que advoga “[...] que o mundo social, ao ser formado por indivíduos e pelas suas interações, não pode nem deve ser estudado a partir dos princípios, ferramentas e técnicas das ciências naturais” (Santos & Lima, 2019, p. 18).

Esta investigação recorreu ao raciocínio dedutivo e assentou numa estratégia qualitativa, de natureza essencialmente empírica e descritiva, e teve como desenho de pesquisa o estudo de caso.



Quanto ao método, os instrumentos de recolha de dados assentaram na análise documental, com destaque para obras de natureza jurídica e demais documentação legislativa, bem como na realização de entrevistas semiestruturadas a entidades de reconhecido mérito na matéria em estudo.

O presente TII segue o formato escolar, tal como está definido nas Normas de Execução Permanente³ (NEP) do Instituto Universitário Militar (IUM) e compreende cinco capítulos.

No presente capítulo apresenta-se o enquadramento e justificação do tema, o objeto e a delimitação do estudo, os objetivos e as questões de investigação, bem como a síntese metodológica e a organização do estudo.

No segundo capítulo é feita uma abordagem à evolução da CVG, no atual contexto de globalização e desafios à Segurança Interna (SI). Procede-se ainda a uma revisão da literatura assente em diversos diplomas legais, em especial na Constituição da República Portuguesa (CRP) e na Lei de Segurança Interna (LSI), bem como em outra documentação de suporte, designadamente o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI). Desta forma responde-se à QD1.

No terceiro capítulo é abordado o SIC, onde a LOIC assume destaque, bem como a Lei-Quadro da Política Criminal (LQPC) e a Lei de Política Criminal (LPC). Após esta revisão de literatura, segue-se uma breve abordagem aos principais *atores* do sistema, designadamente ao Ministério Público (MP) e aos OPC de competência genérica. Desta forma responde-se à QD2.

No quarto capítulo efetua-se uma breve *reflexão* à Investigação Criminal da GNR (IC-GNR) e o seu papel na investigação da CVG, procedendo-se à avaliação e discussão dos resultados das entrevistas, identificando-se medidas para melhorar o contributo no *combate* à CVG. Desta forma, responde-se à QD3.

No último capítulo são apresentadas as conclusões do trabalho, com o enquadramento e o sumário do procedimento metodológico, respondendo-se à QC da investigação. São ainda elencados os contributos para o conhecimento, as limitações, as recomendações e sugestões para pesquisas futuras.

De acordo com o preceituado no Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro, esta investigação insere-se no *Domínio dos Elementos Nucleares das Ciências Militares, na Área*

³ NEP/INV – 001 (A1) (IUM, 2020) e a NEP/INV – 003 (A3) (IUM, 2020).



de *Estudos de Segurança Interna e dos Fenómenos Criminais*, tendo o estudo sido desenvolvido segundo o Modelo de Análise plasmado no Apêndice A.



2. A Segurança Interna e a Criminalidade Violenta e Grave

“A insegurança global torna evidentes os riscos, não apenas militares, não apenas de países, mas até da vida no globo, progressivamente agredido no ambiente que a sustenta”.

Adriano Moreira, 2018

Num mundo em constante mudança e num contexto social, económico e político interdependente e globalizado “[...] as sociedades apresentam-se, cada vez mais, como sociedades de risco” (Feiteira, 2014, p. 8).

Esta globalização das sociedades representa uma nova realidade, feita de mudanças económicas, sociais, culturais, políticas, jurídicas e até demográficas, que acompanham a revolução digital (Lourenço & Costa, 2018, p. 31).

Neste quadro, a Comissão Europeia apresentou em julho de 2020 uma nova “*Estratégia de Segurança para a União da Segurança*”, para o período 2020-2025, centrada em setores prioritários onde a União Europeia (UE) pode ajudar os Estados-Membros a reforçar a segurança. Esta estratégia define as medidas para garantir a segurança dos nossos mundos físico e digital: na luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada, passando pela prevenção e deteção de ameaças híbridas e o aumento da resiliência das nossas infraestruturas críticas, até ao reforço da cibersegurança e à promoção da investigação e da inovação.

Por outro lado, na Estratégia de Segurança Nacional - Portugal Horizonte 2030 é referido que:

Das ameaças e riscos que atualmente apresentam maior acuidade, despertando sentimentos de insegurança na generalidade dos cidadãos – não só em Portugal, como também na UE em geral – destacam-se o terrorismo de matriz *jihadista*, o crime organizado, o tráfico de seres humanos, a promoção da imigração ilegal e o tráfico de estupefacientes (Lourenço & Costa, 2018, p. 161).

Também, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, identifica como principais ameaças à Segurança Nacional, as ameaças de natureza global: o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, a criminalidade transnacional organizada, a cibercriminalidade e a pirataria e os riscos de natureza ambiental: alterações climáticas, riscos ambientais e sísmicos, ocorrência de ondas de calor e de frio, atentados ao ecossistema, terrestre e marítimo, pandemias e outros riscos sanitários.



De facto, os riscos ambientais e as pandemias têm vindo a ganhar preponderância. Veja-se o Relatório do *World Economic Forum* 2021, que identifica sete riscos globais por impacto, dos quais quatro são ambientais (deficiência nas respostas climáticas, perda de biodiversidade, crise de recursos naturais e danos ambientais causados pelo homem); dois são sociais (doenças infecciosas e crises de subsistência); e apenas um é geopolítico (armas de destruição massiva) (WEF, 2021, p. 9).

Neste *novo* ambiente de segurança, de riscos e ameaças globais, acompanha-se Lourenço (2014, p. 362) quando refere que a “[...] sociedade global, emergente nos finais do séc. XX, pressupõem um novo modo de pensar a segurança”.

Como é consabido, o Direito à Liberdade e Segurança, e, de acordo com o previsto no art.º 27.º, da CRP, constituem-se como pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático, apresentando-se a segurança como um garante da liberdade dos cidadãos.

Destarte, a Lei Fundamental estabelece como tarefas fundamentais do Estado: a garantia dos direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático, bem como a defesa da legalidade, a garantia da SI e dos direitos dos cidadãos (art.º 9.º, alínea *b*) e art.º 272.º, n.º 1, da CRP).

Atento à amplitude de aspetos que o conceito de segurança pode abarcar, e havendo necessidade de o delimitar para efeitos desta investigação, este estudo apenas se irá centrar no conceito de SI, o qual encontra a sua definição no art.º 1.º, da Lei 53/2008, de 28 de agosto, que refere: “A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade [...]”.

A atividade de SI está enquadrada nos termos da CRP e da Lei, nomeadamente das Leis Penal e Processual Penal, da LQPC, das LPC e das Leis Orgânicas das FSS (art.º 1.º, n.º 2, da LSI).

O seu objetivo primordial é a proteção da vida e da integridade das pessoas, da paz pública e da ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenção e a reação a acidentes graves ou catástrofes, a defesa do ambiente e a preservação da saúde pública (art.º 1.º, n.º 3, da LSI).

As FSS do SSI, são a GNR, a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Serviço de Informações de Segurança (SIS). A GNR, de natureza militar, a PSP, de natureza civil, a PJ centrada na criminalidade



complexa, organizada e transnacional e o SEF⁴ como serviço especializado de imigração e fronteiras. Por fim, o SIS, mas que lhe está vedado o exercício de atividades de polícia, mantendo, contudo, a dupla tutela política, quanto aos assuntos de SI (Figura 1).



Figura 1 - Sistema de Forças da Segurança Interna

Fonte: Adaptado a partir de GNR (2019).

No topo da pirâmide do sistema encontra-se o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI), que tem competências de coordenação, direção, controlo e comando operacional, nos termos definidos na LSI e funciona na direta dependência do Primeiro-Ministro.

2.1 O conceito de Criminalidade Violenta e Grave

Apesar de não existir uma definição clara do conceito de CVG, encontram-se em diversos diplomas legais expressões que permitem uma aproximação concetual.

Na CRP, no n.º 3, do art.º 34.º, existe referência ao termo “*criminalidade especialmente violenta*”, onde é aludido que

[...] Ninguém pode entrar durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, salvo em situação de flagrante delito ou mediante autorização judicial em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes, nos termos previstos na lei.

Por outro lado, encontram-se também os termos de “*criminalidade violenta*” e de “*criminalidade especialmente violenta*” nas alíneas j) e l), do art.º 1.º, do Código de Processo Penal (CPP), sendo definidas como condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a

⁴ Decorre atualmente a reestruturação deste Serviço, com vista à atribuição das suas competências policiais à GNR, à PSP e à PJ.

integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública, com penas de prisão igual ou superior a cinco anos e igual ou superior a oito anos, respetivamente.

Porém, é no RASI que se encontram instrumentos que permitem o enquadramento do conceito da CVG, nomeadamente através das tipologias criminais⁵ que lhe estão associadas.

Assim, no âmbito do presente estudo, quando se aludir à CVG deverá ter-se em consideração o *catálogo* de crimes⁶ previsto no RASI 2010.

2.2 A evolução da Criminalidade Violenta e Grave

De acordo com o RASI 2019, entre 2008 e 2019, a Criminalidade Geral (CG) passou de 421.037 participações para 335.614 (redução de 20,3%) e a CVG diminuiu de 24.317 participações para as 14.398 (redução de 40%) (Figura 2).

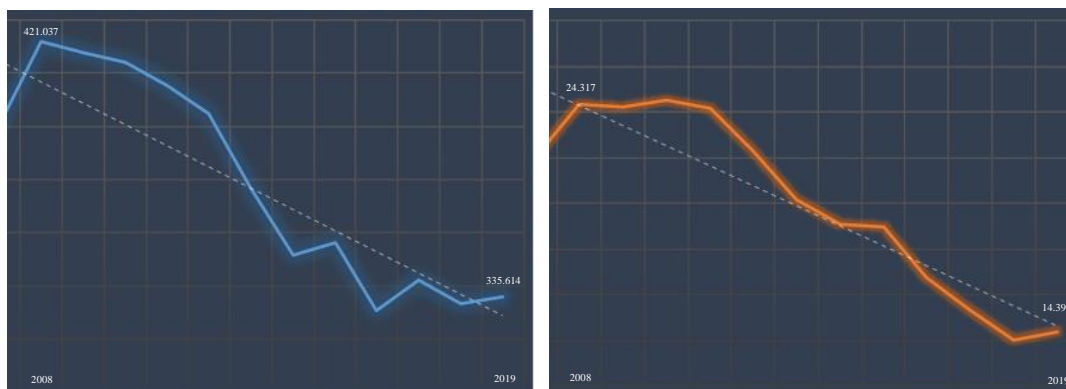


Figura 2 - Evolução da Criminalidade Geral e da Criminalidade Violenta e Grave (2008-2019)

Fonte: Adaptado a partir do RASI (2019).

Não obstante a criminalidade em Portugal ter vindo a descer de forma sustentada ao longo dos últimos anos, em 2019 inverteu esta tendência, com especial relevância para o aumento da CVG, cujas tipologias têm como denominador comum a violência física ou psicológica, causando um forte sentimento de insegurança.

⁵ Em 2010, através da Deliberação n.º 290/2010, de 26 de janeiro, do Conselho Superior de Estatística, a tabela oficial de notação de crimes passou a autonomizar uma série de tipologias criminais relativas ao roubo, que anteriormente estavam na categoria residual de “outros roubos”, onde eram contabilizadas.

⁶Incluí as seguintes tipologias criminais: homicídio voluntário consumado; ofensa à integridade física voluntária grave; rapto, sequestro e tomada de reféns; roubo por esticção; roubo na via pública exceto por esticção; roubo a residência; roubo de viatura; roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito; roubo a tesouraria ou estações de correio; roubo a farmácias; roubo a ourivesarias; roubo em posto de abastecimento de combustível; roubo a outros edifícios comerciais ou industriais; roubo a estabelecimento de ensino; roubo em transportes públicos; outros roubos; extorsões; pirataria aérea e outros crimes contra a segurança na aviação; motim, instigação ou apologia pública do crime; associações criminosas; resistência e coação sobre funcionário; outras organizações terroristas e terrorismo internacional; organizações terroristas e terrorismo nacional (RASI, 2010, p.51).



Nesta senda, a CG registou mais 2.391 participações (de 333.223 para 335.614), a que corresponde um aumento de 0,7% e a CVG registou mais 417 participações (de 13.981 para 14.398) a que corresponde a um aumento de 3% (Tabela 1).

Tabela 1 - Criminalidade Geral e Criminalidade Violenta e Grave (2018-2019)

Criminalidade geral	Ano 2018	Ano 2019	Var %	Dif	Criminalidade violenta e grave	Ano 2018	Ano 2019	Var %	Dif
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	22.423	24.793	10,6%	2.370	Roubo na via pública exceto por esticção	5.296	5.923	11,8%	627
Ofensa à integridade física voluntária simples	22.824	23.279	2,0%	455	Roubo por esticção	3.204	3.018	-5,8%	-186
Furto em veículo motorizado	23.882	21.976	-8,0%	-1.906	Resistência e coação sobre funcionário	1.506	1.384	-8,1%	-122
Outro dano	17.165	17.198	0,2%	33	Ofensa à integridade física voluntária grave	579	661	14,2%	82
Condução de veículo com taxa de álcool igual superior a 1,2g/l	18.289	16.872	-7,7%	-1.417	Roubo a residência	605	574	-5,1%	-31
Burla informática e nas comunicações	9.783	16.310	66,7%	6.527	Extorsão	505	507	0,4%	2
Ameaça e coação	14.407	15.136	5,1%	729	Violação	421	431	2,4%	10
Furto oportunidade de obj. não guardado	12.574	12.342	-1,8%	-232	Roubo em transportes públicos	447	424	-5,1%	-23
Outras burlas	11.537	10.990	-4,7%	-547	Roubo em edifícios comerciais ou industriais	326	423	29,8%	97
Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	12.161	10.961	-9,9%	-1.200	Rapto, sequestro e tomada de reféns	273	338	23,8%	65
Furto por carteirista	12.377	9.770	-21,1%	-2.607	Outros roubos	321	212	-34,0%	-109
Condução sem habilitação legal	9.529	9.664	1,4%	135	Restantes tipologias	498	503	1,0%	5
Furto de veículo motorizado	9.864	9.376	-4,9%	-488	Total Nacional	13.981	14.398	3,0%	417
Contrafacção falsificação de moeda e passagem de moeda falsa	9.078	8.795	-3,1%	-283					
Furto em edif. comercial/industrial SEM arr. esc. ch. F.	7.791	7.779	-0,2%	-12					
Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	7.815	7.326	-6,3%	-489					
Outros furtos	7.481	6.968	-6,9%	-513					
Incêndio fogo posto floresta, mata, arvoredor ou seara	7.096	6.908	-2,6%	-188					
Restantes tipologias	97.147	99.171	2,1%	2.024					
Total Nacional	333.223	335.614	0,7%	2.391					

Fonte: RASI (2019).

Este Relatório refere ainda que a CVG teve maior expressão nos distritos de Lisboa (6.101/+107/+3%), Porto (2.256/+71/+3,2%) e Setúbal (1.551/+45/+3%), destacando-se os crimes de roubo na via pública exceto por esticção (5.923), roubo por esticção (3.018) e resistência e coação sobre funcionário (1.384), os quais representam 71,7% de toda a CVG registada (RASI, 2019, p. 14).

Verificam-se ainda subidas relevantes nas tipologias criminais do roubo na via pública exceto por esticção (+11,8%), do roubo em edifícios comerciais ou industriais (+29,8%), na ofensa a integridade física grave (+14,2%), no rapto, sequestro e tomada de reféns (+23,8%) e no roubo de viatura (+18,9%) (RASI, 2019, p. 39).

Por fim, importa ter presente que “o roubo, nas suas diferentes formas, é responsável por 75,9% do total de ocorrências violentas e graves registadas” (RASI, 2019, p. 40).



2.3 Síntese conclusiva

A SI constitui-se como um dos pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático, contribuindo para assegurar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A sua atividade é enquadrada nos termos da CRP e da lei, em especial pelas Leis Orgânicas das FSS, que a exercem de acordo com as prioridades, orientações e medidas da política de SI. Dos seus objetivos primordiais destacam-se a proteção da vida e da integridade das pessoas contra o terrorismo e a criminalidade violenta ou altamente organizada, num mundo em constante aceleração e caracterizado por riscos e ameaças globais.

Relativamente à CVG, que provoca no cidadão um forte sentimento de insegurança, verifica-se que desde 2008 e até 2019 diminuiu de 24.317 participações para as 14.398. Todavia, em 2019 inverteu esta tendência de descida, uma vez que os 14.398 crimes registados correspondem a mais 417 participações, relativamente ao ano anterior (2018).

As tipologias criminais que apresentaram subidas mais significativas foram o roubo em edifícios comerciais ou industriais, o rapto, sequestro e tomada de reféns, a ofensa a integridade física grave e o roubo na via pública exceto por esticção. Neste quadro, destacam-se ainda os crimes de roubo que, nas suas diferentes formas, são responsáveis por 75,9% do total de ocorrências violentas e graves registadas, e que requerem, portanto, maior atenção por parte dos OPC.

Face ao exposto neste capítulo, considera-se respondida a **QD1**: Como tem sido a evolução da Criminalidade Violenta e Grave, no atual contexto de ameaças e riscos à Segurança Interna?

Desta forma, foi também alcançado o **OE1** deste trabalho.



3. A Investigação Criminal em Portugal

A primeira LOIC, Lei 21/2000, de 10 de agosto, surgiu da necessidade de clarificar a investigação em Portugal e com o intuito de distribuir funções entre os OPC, procurando ainda regular as suas relações com o MP.

Inovadora à época, esta Lei veio atribuir à GNR e à PSP a prevenção e a investigação dos crimes cuja competência não estivesse reservada à PJ. Desta forma, assumiu-se como um instrumento essencial de coordenação, uma vez que, até então, esta atividade era desenvolvida de acordo com os normativos da LPP e das respetivas leis orgânicas.

Como refere Valente (2006, p. 43) “[...] a LOIC veio reafirmar certos princípios já existentes na doutrina e em diversos dispositivos legais no âmbito processual penal, tendo, contudo, procurado determinar os parâmetros de competência de substância e adjetiva quanto à investigação criminal”. Este autor refere ainda que a LOIC surgiu para fazer face a uma realidade criminal cada vez mais diversificada e complexa, e que teve como principais objetivos a racionalização da investigação criminal, delimitar o âmbito das autonomias técnica e tática das polícias, repartir as suas competências, bem como criar mecanismos de coordenação estratégica e operacional, nos seus diferentes níveis territoriais e hierárquicos.

Não obstante, em 2002, a LOIC sofreu as alterações aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 305/2002, de 13 dezembro, com os fundamentos explicitados no seu preâmbulo, dos quais se destaca o seguinte:

[...] Com a presente alteração à lei de organização da investigação criminal pretende-se cometer em exclusivo a investigação desta criminalidade complexa e organizada à Polícia Judiciária, que constitui um corpo superior de polícia altamente especializado e dotado de meios de recolha, análise e difusão de informação em permanente atualização e desenvolvimento, garantia de uma particular eficácia no combate ao crime [...].

Desta forma, o legislador retirou competências de investigação à GNR e à PSP que tinham sido atribuídas na LOIC original. No que à CVG diz respeito, releva-se a alínea. a), do art.º 4.º, uma vez que a lei originária consignava apenas para a PJ a investigação do “homicídio voluntário, desde que o agente não seja conhecido”. Ora, na redação do Decreto-Lei n.º 305/2002, de 13 de dezembro, esta alínea foi alterada para “homicídio doloso e ofensas dolosas à integridade física de que venha a resultar a morte”, aliás, em concordância com a alínea. a), do n.º 2, do art.º 5.º da Lei Orgânica da Polícia Judiciária⁷ (LOPJ), alterada

⁷ Decreto-Lei n.º 137/2019, de 13 de setembro.



com a mesma redação pelo Decreto-Lei n.º 304/2002, de 13 de dezembro. Com esta alteração, a competência para investigar o crime de homicídio mesmo quando o agente é conhecido passaram para a reserva da PJ.

Em 2008, a LOIC sofre a sua terceira alteração, com a entrada em vigor da Lei 49/2008, de 27 de agosto, cujo fundamento foi uma melhor adaptação às reformas do Código Penal e do CPP, então operadas. Procedeu-se ainda à clarificação dos conceitos de competência genérica, específica e reservada. Neste particular, a lei continua a considerar OPC de competência genérica a GNR, a PSP e a PJ, sendo que, todos os restantes integram a categoria de OPC de competência específica.

Por outro lado, continua-se a encontrar nesta Lei a definição do conceito de investigação criminal, descrevendo-a como sendo: “O conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher provas, no âmbito do processo” (art.º 1.º, da LOIC).

Não obstante manter na generalidade os objetivos e orientações da Lei de 2000, a atual LOIC baseia-se num conjunto de princípios que a seguir se explicitam:

(i) Princípio da Repartição de Competências

A LOIC estabelece que a GNR, a PSP e a PJ são OPC de competência genérica, sendo os restantes de competência específica (n.º 1, do art.º 3.º, da LOIC).

Nos termos da LOPJ compete-lhe, de forma exclusiva, a investigação dos crimes mais graves e complexos, expressamente tipificados no n.º 2, do artigo 7.º, da LOIC, para os quais a competência não pode ser delegada noutro OPC. Aos restantes OPC de competência genérica compete-lhes a investigação dos crimes não elencados no n.º 2, do artigo 7.º, da LOIC.

(ii) Princípio da Competência Específica

Este princípio robustece a reserva para a investigação de crimes de competência específica aos OPC, a quem está atribuída esta competência, acautelando naturalmente que a mesma não seja exercida por OPC apenas dotados de competência genérica.

(iii) Princípio da Reserva de Competência da Polícia Judiciária

Na LOIC original, a PJ já estava incumbida de investigar os ilícitos criminais mais graves e complexos, no entanto, existiam certos crimes, da sua competência reservada, que podiam ser investigados por outros OPC.



Na revisão de 2008, o legislador restringiu a competência paralela dos outros OPC, colocando um *travão* nos crimes de competência reservada da PJ⁸, quando refere, nos termos do n.º 2, do art.º 7, “[...] não podendo ser deferida a outros órgãos de polícia criminal [...]”. Assim, a PJ passou a deter uma competência reservada absoluta, que não pode ser deferida noutro OPC, num *catálogo* de crimes que constam no n.º 2, do art.º 7.º, da LOIC e uma competência reservada relativa, que pode ser deferida noutro OPC, em determinadas circunstâncias (n.º 3, do art.º 7.º, da LOIC).

(iv) Princípios da Legalidade, da Independência dos Tribunais e da Autonomia do Ministério Público

Na fase de inquérito, o Procurador-Geral da República (PGR) dispõem de autonomia para atribuir exceções às regras da especificidade e da reserva de competência da investigação dos crimes.

Verificados determinados pressupostos, pode deferir a investigação dos crimes da reserva relativa da PJ noutros OPC (n.º 1, do art.º 8.º, da LOIC) e, por outro lado, passa a dispor também do poder de iniciativa para deferir na PJ a investigação de crimes que não sejam da sua competência reservada (n.º 2, do art.º 8.º, da LOIC).

Todavia, a LOIC não prevê a possibilidade do PGR poder delegar noutros OPC a investigação de crimes da reserva absoluta da PJ (n.º 2, do art.º 7.º, da LOIC).

(v) Princípio da Cooperação e Dever de Comunicação

No artigo 10.º estão consagrados o *dever de cooperação* e o *dever de comunicação*. Assim, além dos OPC cooperarem mutuamente no exercício das suas atribuições, devem comunicar à entidade competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas, os factos de que tenham conhecimento relativos à preparação e à execução de crimes para cuja investigação não sejam competentes, podendo praticar apenas atos cautelares e urgentes para obstar à sua consumação e assegurar os meios de prova (n.º 2, do art.º 10.º, da LOIC).

(vi) Princípio da Centralização e da Partilha da Informação

Este princípio vem plasmado no artigo 11.º, da LOIC e estabelece que o dever de cooperação é garantido por um Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) que assegure a partilha de informações entre os OPC, de acordo com os princípios da necessidade e da competência, sem prejuízo dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.

⁸ Vide Anexo A.



Este Sistema está edificado através da Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC) que assegura a interoperabilidade entre os sistemas de informação de cada OPC. A PIIC⁹ tem por objetivo assegurar a segurança no intercâmbio da informação criminal entre os OPC, para efeitos de realização de ações de prevenção e investigação criminais.

3.1 A Lei-Quadro da Política Criminal e a Lei de Política Criminal

A LQPC¹⁰ esclarece que a condução da política criminal compreende a definição de objetivos, prioridades e orientações em matéria de prevenção da criminalidade, investigação criminal, ação penal e execução de penas e medidas de segurança (art.º 1.º, da LQPC).

No âmbito do contexto normativo, a aprovação da LQPC visou vincular o Governo a apresentar ao Parlamento, de dois em dois anos, uma proposta de lei sobre política criminal (art.º 7.º, da LQPC), competindo à Assembleia da República aprovar as leis propostas, depois de ouvir o PGR (art.º 9.º, da LQPC).

Para concretizar a LQPC, em 2020 entrou em vigor a Lei n.º 55/2020, de 27 de agosto, que passou a definir os objetivos, as prioridades e as orientações da Política Criminal para o biénio de 2020-2022. O legislador, além de estabelecer objetivos gerais (art.º 2.º, da LPC) e objetivos específicos (art.º 3.º, da LPC), elencou também os crimes de investigação prioritária¹¹ (art.º 5.º, da LPC).

Nos termos deste diploma legal, o PGR pode constituir equipas especiais vocacionadas para investigações altamente complexas, compostas por elementos dos diversos OPC e por entidades ou organismos públicos com competências específicas de supervisão, fiscalização ou competências especializadas, ouvidos os respetivos dirigentes máximos; e equipas mistas para investigar crimes violentos e graves de investigação prioritária, compostas por elementos dos diversos OPC, ouvidos os respetivos dirigentes máximos (n.º1, do art.º 18.º, da LPC).

3.2 O Ministério Público

O MP encontra previsão constitucional nos art.º 219.º e seguintes. Assim, é o órgão com competência para exercer a ação penal, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, representar o Estado e defender a legalidade democrática e os interesses que a lei determinar (n.º 1, do art.º 219.º, da CRP).

De acordo com o vertido no artigo 1.º, do seu Estatuto¹²,

⁹ Estabelecida pela Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, alterada pela Lei n.º 38/2015, de 11 de maio.

¹⁰ Aprovada pela Lei n.º 17/2006, de 23 de maio.

¹¹ Vide Anexo B.

¹² Aprovado pela Lei n.º 47/86, de 15 de outubro, cuja última alteração lhe foi dada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.



[...] o Ministério Público representa o Estado, defende os interesses que a lei determinar, participa na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exerce a ação penal orientada pelo princípio da legalidade e defende a legalidade democrática, nos termos da Constituição, do presente Estatuto e da lei.

Ao nível infraconstitucional, é no Código Processo Penal (CPP), designadamente no seu art.º 53.º, que estão previstas as atribuições do MP. Assim, o n.º 2 deste artigo elenca as suas atribuições, das quais se destaca a alínea *b*), que, em conjugação com o art.º 263.º, refere que na fase de inquérito cabe ao MP dirigir a investigação, sem prejuízo de poder ser coadjuvado pelos OPC, a quem pode delegar diligências ou a investigação. Porém, este ato delegatório é facultativo (art.º 270.º, do CPP), mas, uma vez verificado, encontra-se vinculado à decisão do MP, que determinará qual o OPC mais adequado para investigar determinado crime.

3.3 Os Órgãos de Polícia Criminal de competência genérica

O conceito de OPC encontra-se vertido no CPP, que refere que “[...] são todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código” (alínea *c*), do art.º 1.º, do CPP).

A função dos OPC é de coadjuvar o MP, ou seja, prestar-lhe auxílio na fase de inquérito, atuando como participantes processuais, visto que se encontram na dependência funcional do MP (alínea *b*), do art.º 1.º, do CPP). Este modelo caracteriza-se por não haver uma ligação hierárquica e, por conseguinte, orgânica entre o MP e os OPC. Assim, “As investigações e os atos delegados pelas autoridades judiciárias são realizados pelos funcionários designados pelas autoridades de polícia criminal para o efeito competentes, no âmbito da autonomia técnica e tática necessária ao eficaz exercício dessas atribuições” (n.º 5, do art.º 2.º, da LOIC).

No que diz respeito às competências de investigação dos OPC na CVG, a sua atribuição decorre da LOIC, nomeadamente da aplicação do Princípio da Repartição de Competências e do Princípio da Reserva de Competência da PJ¹³.

3.3.1 A Polícia Judiciária

Nos termos da LOPJ¹⁴, a PJ “[...] é um corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente na dependência do membro do Governo responsável pela área da justiça,

¹³ Vide Apêndice B.

¹⁴ Decreto-Lei 137/2019, de 13 de setembro.



sendo um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa” (art.º 1.º, da LOPJ).

Tem por missão coadjuvar a Autoridade Judiciária (AJ) na investigação criminal que lhe esteja especificamente cometida pela LOIC ou que lhe seja delegada pelas autoridades judiciárias competentes, prosseguindo ainda as seguintes atribuições: (i) Desenvolver e promover as ações de prevenção, deteção e investigação criminal da sua competência ou que lhe sejam cometidas pela LSI, pela LQPC e pelas estratégias nacionais que definem os objetivos, as prioridades e as orientações de política criminal; (ii) Realizar, enquanto entidade oficial, perícias e exames (art.º 3.º, da LOPJ).

Compete ainda à PJ: (i) Assegurar o funcionamento do Gabinete Nacional da INTERPOL (*Internacional Police*) e da Unidade Nacional da EUROPOL (*European Police*) para efeitos da partilha de informação, nos termos do artigo 12.º, da LOIC, aprovada pela Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, na sua redação atual; e, (ii) Assegurar a execução do controlo do sistema de interceções de comunicações, nos termos do disposto no art.º 27.º, da Lei n.º 53/2008, de 8 de agosto, na sua redação atual (art.º 5.º, da LOPJ).

Em 2019, para o cumprimento da missão e das suas atribuições, a PJ dispunha de 1.337¹⁵ elementos, apresentando-se na Tabela 2 a sua evolução nos últimos cinco anos.

Tabela 2 - Evolução dos efetivos da Polícia Judiciária

Ano	Efetivos
2015	1.315
2016	1.294
2017	1.271
2018	1.224
2019	1.337

Fonte: Adaptado a partir dos RASI (2015 a 2019).

3.3.2 A Polícia de Segurança Pública

Conforme estatuído na sua Lei Orgânica¹⁶ (LOPSP), a PSP “[...] é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público” e tem por missão “[...] assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei” (n.º 1 e n.º 2, do art.º 1º, da LOPSP).

Nos termos deste diploma legal, destacam-se como principais atribuições da PSP: “[...] a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de Direito;

¹⁵ Dados referentes a 31 de dezembro de 2019.

¹⁶ Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto.



b) Garantir a ordem e tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens; c) Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança; d) Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos; e) Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas” (art.º 3.º, da LOPSP).

Em 2019, para o cumprimento da missão e das suas atribuições, a PSP dispunha de 19.745¹⁷ elementos, apresentando-se na Tabela 3 a sua evolução nos últimos cinco anos.

Tabela 3 - Evolução dos efetivos da Polícia de Segurança Pública

Ano	Efetivos
2015	20.466
2016	20.580
2017	20.217
2018	20.085
2019	19.745

Fonte: Adaptado a partir dos RASI (2015 a 2019).

3.3.3 A Guarda Nacional Republicana

Nos termos da sua Lei Orgânica¹⁸ (LOGNR), a GNR “[...] é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa” e tem por missão “[...] no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei [...]” (n.º 1 e n.º 2, do art.º 1.º, da LOGNR).

Nos termos deste diploma legal, destacam-se como principais atribuições da GNR: “[...] a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de Direito; b) Garantir a ordem e tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens; c) Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança; d) Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos; e) Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas (art.º 3.º, da LOGNR).

¹⁷ Dados referentes a 31 de dezembro de 2019.

¹⁸ Lei 63/2007, de 6 de novembro.



Em 2019, para o cumprimento da missão e das suas atribuições, a GNR tinha um efetivo de 22.029¹⁹ militares e civis, apresentando-se na Tabela 4 a sua evolução nos últimos cinco anos.

Tabela 4 - Evolução dos efetivos da Guarda Nacional Republicana

Ano	Efetivos
2015	22.733
2016	22.833
2017	22.724
2018	22.829
2019	22.029

Fonte: Adaptado a partir dos RASI (2015 a 2019).

3.4 Síntese conclusiva

No atual contexto criminológico, face à imprevisibilidade e largo espectro de atuação das organizações criminosas, a PJ continua a deter o papel que matricialmente lhe é reconhecido na investigação das formas mais complexas e graves da criminalidade.

Todavia, um olhar atento para as suas competências, designadamente ao extenso *catálogo* de crimes da sua competência reservada, poderá ser questionado se, no quadro atual de riscos e ameaças globais à SI e face à sua dimensão organizacional, detém as capacidades adequadas para lidar com tão vasto volume de criminalidade registada.

A este propósito acompanha-se Veloso (2020, p. 18) quando refere que

[...] se é inquestionável que no catálogo de crimes, cuja investigação foi reservada à PJ, constam muitos dos crimes de investigação mais complexa e científica, associada à criminalidade organizada, não é menos verdade que também lá constam diversos ilícitos de menor complexidade de investigação, que poderiam ser investigados pelas polícias de proximidade.

Não obstante, no atual SIC, à GNR e à PSP compete-lhes a investigação dos crimes inscritos no *catálogo* da CVG não elencados no n.º 2 e n.º 3, do artigo 7.º, da LOIC, de acordo com os Princípios da Repartição de Competência e da Reserva de Competência da PJ, assumindo-se na generalidade dos casos a área de responsabilidade como o fator distintivo para a atribuição da competência de investigação nas *polícias de proximidade*.

Face ao exposto neste capítulo, considera-se respondida a **QD2**: Quais são as competências dos OPC de competência genérica na investigação da Criminalidade Violenta e Grave? Desta forma, foi também alcançado o **OE2** deste trabalho.

¹⁹ Dados referentes a 31 de dezembro de 2019.



4. A Guarda Nacional Republicana e investigação da Criminalidade Violenta e Grave

No início da década de 90, a GNR sentiu a necessidade de especializar pessoal na vertente de investigação criminal, tendo para isso criado, nos Destacamentos Territoriais, os Núcleos de Investigação Criminal (NIC) e, nas Brigadas Territoriais, os Grupos Especiais de Ação e Pesquisa.

Com a publicação da Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto, vieram a ser atribuídas mais competências²⁰ à GNR, que passou a ter a responsabilidade de investigação de mais de 80% dos crimes ocorridos na sua área de responsabilidade.

Para dar resposta ao aumento significativo de encargos operacionais, foi aprovado um Plano Estratégico para organizar a Estrutura de Investigação Criminal, que levou à publicação do Despacho n.º 7/03 - OG, de 21 de janeiro.

Em 2008, com a publicação da nova LOGNR e da atual LOIC, houve necessidade de harmonizar a IC - GNR, através do Despacho n.º 63/09 - OG, de 31 de dezembro.

Mais tarde, em 2014, foi constituído um Grupo de Trabalho para a sua reestruturação e, na sequência destes estudos, foi proferido o Despacho n.º 18/14 - OG, de 11 de março, atualmente em vigor.

De acordo com este despacho, a IC - GNR assenta num modelo de complementaridade com a vertente territorial, que se consubstancia na partilha de responsabilidades na elaboração dos inquéritos. Por outro lado, esta atividade é desenvolvida segundo três vertentes funcionais: (i) Operativa, (ii) Criminalística e, (iii) Análise de Informação Criminal, subordinadas ao princípio de comando e controlo dos Comando Territoriais (CTer), com a dependência técnica da Direção de Investigação Criminal (DIC).

A estrutura está operacionalizada nos CTer, através da Secção de Informações e Investigação Criminal (SIIC), na Unidade de Intervenção (UI), através da Secção de Investigação Criminal (SIC - UI) e na Unidade de Ação Fiscal.

A IC - GNR esta presente em todo TN e dispõe de órgãos para a investigação da CVG²¹, designadamente: (i) a SIC - UI, proceder à investigação de crimes especialmente orientados para a CVG, de índole grupal ou que extravase as normais capacidades das restantes Unidades da GNR ou fenómenos criminais transversais às Zonas de Ação (ZA) das Brigadas Territoriais; (ii) o NIC dos CTer, proceder à investigação dos crimes de maior

²⁰ Correspondem ao conjunto dos poderes atribuídos pela lei a cada um dos órgãos administrativos. O seu exercício destina-se a prosseguir as atribuições das pessoas coletivas públicas.

²¹ Vide Anexo C.



gravidade, complexidade ou dispersão que ocorram dentro da ZA do CTer, ou que justifiquem a gestão concentrada da investigação; e (iii) o NIC dos Destacamentos Territoriais (DTER), proceder à investigação de crimes que ocorram dentro da ZA de cada DTER, para os quais a GNR tem competência, e que não esteja atribuída a outros órgãos.

Relativamente à atividade operacional desenvolvida em 2019, a GNR foi responsável pelo registo de 140.959 participações, o que corresponde a mais de 40% da criminalidade participada em todo o país.

Por outro lado, dos crimes participados, investigou 126.683 inquéritos o que corresponde a mais de 89% dos crimes ocorridos na sua área de responsabilidade (DIC, 2020).

No que diz respeito à CVG²², registou 3.128 crimes, mais 310 ocorrências do que o ano anterior (2.818), das quais se destacam o roubo por esticção (908/+ 130), resistência e coação sobre funcionário (714/+10) e o roubo na via pública (651/+140).

Por delegação das AJ, a GNR investigou 1.685 inquéritos, o que corresponde a mais de 53% da CVG ocorrida na sua área de responsabilidade (DIC, 2020).

4.1 Análise e apresentação de resultados

Para além da análise documental, esta investigação recorreu à entrevista semiestruturada para responder à QD3. Assim, neste capítulo, efetua-se a análise do conteúdo das entrevistas que “[...] consiste em efetuar a categorização dos dados brutos da entrevista, que passam a dados organizados e com sentido bem estabelecido” (Sarmiento, 2013, p. 53).

De forma a assegurar uma correta articulação entre as questões e os procedimentos metodológicos seguidos, construiu-se uma amostra²³ considerada apropriada, composta por diferentes participantes (n=6), que representam e conhecem esta temática.

Mais do que inquirir uma população alargada, optou-se por entrevistar em profundidade diversas entidades²⁴ do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Justiça, tendo em consideração as relevantes funções, que desempenham ou desempenharam, no âmbito do SSI e do SIC.

²² Vide Apêndice C.

²³ Quantitativo enquadrado na dimensão da amostra (6-10) de “informantes com alguma excecionalidade” (Rego, Cunha, & Meyer, 2018, p. 53).

²⁴ Vide Apêndice D.



4.1.1 Recolha e tratamento de dados

As entrevistas foram realizadas através de um guião específico, uma vez que esta técnica permite uma maior flexibilidade e liberdade nas respostas dos entrevistados, possibilitando ainda o conhecimento do fenómeno em profundidade. Desta forma, construiu-se um Guião de Entrevista²⁵ com nove tópicos, articulados entre si e agrupados nas dimensões legislativa e institucional, garantindo-se aos entrevistados que as opiniões recolhidas serviriam apenas os fins académicos propostos.

As entrevistas realizadas proporcionaram um importante e alargado acervo de informação, que permitiu interpretar e descrever a temática em estudo, em complemento da análise documental efetuada.

Na análise do conteúdo das entrevistas procurou-se colocar em evidência aquilo que sobressaiu como comum, *i.e.*, as regularidades e, também, aquilo que se individualiza, *i.e.*, as singularidades. Por outro lado, tendo presente que o seu conteúdo pode eventualmente transmitir algum pendor corporativista, apostou-se no devido distanciamento analítico, procurando não suprimir as contradições existentes nos discursos, mas sim assinalar os seus elementos mais recorrentes.

4.1.2 Análise, apresentação e discussão dos resultados

Apresenta-se de seguida a análise qualitativa²⁶ dos dados obtidos nas entrevistas²⁷.

4.1.2.1 Investigação da Criminalidade Violenta e Grave

A primeira categoria que resulta da análise de conteúdo das entrevistas é a investigação da CVG (Quadro 1). Neste particular, grande parte dos entrevistados consideram genericamente que a repartição de competências não está adequada à realidade atual (Segmento [S]01-50%), salientando o E1 e E3 que, a LOIC, nesta matéria, merece uma reapreciação dos pressupostos (S02-33,3%).

Nesta linha, o então Coordenador da Estrutura de Missão para Reforma Penal refere que, quando foi aprovada a nova LOIC, em 2008, “[...] a ideia da competência reservada absoluta e relativa, não foi de aumentar as competências da PJ, foi o facto de se reconhecer que a PJ não podia eficazmente investigar todos os crimes [...]”, contudo, considerando que passou mais de uma década, afirma que “[...] a lista merece ser revista [...]”.

Por outro lado, o E3 argumenta que o legislador, ao pretender trazer eficácia à investigação criminal, “[...] optou por dar à PJ aquela investigação que devia estar a cargo

²⁵ Vide Apêndice E.

²⁶ Vide Apêndice F.

²⁷ Vide Apêndice G.



duma polícia científica [...]”, porque exige uma maior *tecnicidade* na investigação. Desta forma, argumenta que “com base nessa diferença, entre a *tecnicidade* da PJ e a *proximidade* da PSP e da GNR, é que resulta a maior ou menor eficácia na investigação [...]”.

Não obstante, o E2 considera que a repartição de competências está adequada (S03-16,7%), referindo que “[...] quando se observa o elenco de crimes que preenchem o conceito de criminalidade violenta e grave, verifica-se que é já maioritariamente investigada por órgãos de polícia criminal como a GNR e a PSP”. Sublinha ainda que “a reduzida percentagem destes crimes investigados pela PJ está incluída na sua competência reservada”. Conclui sublinhado que “o *know-how* e a especialização da Polícia Judiciária são um trunfo estratégico para que se mantenha a respetiva competência reservada definida na LOIC”.

Quadro 1 - Investigação da Criminalidade Violenta e Grave (Questão/problemática [Q]1).

Cod.	Segmento identificado	Total	Resultados
01	A repartição de competências não está adequada à realidade atual.	3/6	50%
02	Merece uma reapreciação dos pressupostos.	2/6	33,3%
03	Considera adequada.	1/6	16,7%

4.1.2.2 Alargamento das competências de investigação

Os dados referentes ao alargamento das competências de investigação da CVG na GNR/PSP apontam para uma concordância na generalidade dos entrevistados (Quadro 2).

Assim, a maioria dos entrevistados concorda com o alargamento destas competências nas *polícias de proximidade* (S01-66,7%), sublinhando o E1 que “faz todo o sentido que haja uma tendência para o alargamento”. O E6 acompanha esta ideia sublinhando que “a GNR e PSP terão mais vocação para a investigação da criminalidade de rua”.

Por sua vez, o E5 identifica “os crimes de roubo, a extorsão e a associação criminosa” como possíveis tipologias criminais que poderiam passar para a investigação da GNR/PSP, porque considera que “os OPC de competência genérica dispõem das ferramentas necessárias para resolver as investigações”.

Já o E3 entende que esta temática merece uma reapreciação dos pressupostos (S02-16,7%), uma vez que se deve olhar para a investigação destes crimes numa perspetiva de eficácia, ou seja, “é mais importante na investigação dum determinado crime o *conhecimento de rua* ou a *tecnicidade*”, concluindo que “sempre que for a *proximidade* deve ser a PSP ou a GNR a investigar essa criminalidade”.

Contudo, o E2 não considera pertinente este alargamento (S03-16,7%), porque “[...] muitos dos crimes elencados como integrando a criminalidade violenta e grave já são



investigados pela GNR e PSP, sem violação do definido na LOIC”. Por outro lado, sublinha que “[...] um tipo de crime desse *catálogo*, que aparentemente é identificado como de menor complexidade, poderá não o ser ou, sendo-o efetivamente, poderá assumir a maior relevância num *puzzle* investigatório de CVG de maior complexidade”.

Quadro 2 - Alargamento das competências de investigação (Q.2.).

Cod.	Segmento identificado	Total	Resultados
01	Concorda com o alargamento das competências de investigação da CVG na GNR e na PSP.	4/6	66,6%
02	Merece uma reapreciação dos pressupostos.	1/6	16,7%
03	Não considera pertinente o alargamento.	1/6	16,7%

4.1.2.3 Crimes dolosos ou agravados pelo resultado (Homicídios)

Relativamente à investigação dos crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento tipo a morte de uma pessoa, nos casos de suspeitos identificados ou detidos pela GNR/PSP, a maior parte dos entrevistados concorda com a atribuição da competência reservada à PJ (S01-66,6%) (Quadro 3).

A este propósito, o E1 sublinha mesmo que “[...] é útil que seja sempre a PJ competente para a investigação, porque mesmo que haja flagrante delito, são crimes que envolvem prova pericial, autópsias, que envolvem ponderações que convém fazer conjuntamente em relação a todo o universo dos crimes dolosos.”

O E2 relembra que “[...] na sequência de alterações legislativas efetuadas em 2001 conduziram ao fim da possibilidade de investigação de homicídios, mesmo que contra conhecidos, pela PSP ou pela GNR. Essa orientação do legislador de então mantém-se atualmente em vigor”. Refere ainda que “a Polícia Judiciária tem nos seus quadros elementos altamente especializados nesta área criminal, com conhecimento do terreno e fácil interação com outros técnicos qualificados, bem como está apetrechada com o Laboratório de Polícia Científica [...]”.

Nesta linha, o E3 sustenta a sua opinião referindo que na investigação destes casos está presente “uma *tecnicidade*, que não está ao dispor dos OPC de proximidade, pelo que deverá ser a PJ a assegurar a mesma [...]” e o E4 acrescenta que “os crimes de sangue são aqueles cujas penas são mais pesadas” e, como tal, implicam *cientificidade* na recolha da prova. Argumenta ainda que “a atribuição desta competência à GNR necessitaria um quadro específico de progressão na carreira”.



O E5 concorda parcialmente com esta atribuição de competência reservada à PJ (S02-16,7%), sustentando a sua posição de concordância só nos casos “em que as diligências subsequentes para obtenção de prova apenas sejam possíveis de desenvolver pela PJ”.

Já o E6 a este propósito refere que “[...] o MP deve efetuar uma apreciação da ocorrência e, face à avaliação da complexidade da investigação, deverá decidir se é atribuída a um OPC de competência genérica ou reservada” (S03-16,7%).

Quadro 3 - Crimes dolosos ou agravados pelo resultado (Homicídios) (Q.3.).

Cod.	Segmento identificado	Total	Resultados
01	Concorda com a atribuição da competência reservada à PJ.	4/6	66,6%
02	Concorda parcialmente.	1/6	17,7%
03	Decisão face à complexidade da investigação.	1/6	17,7%

4.1.2.4 Crimes praticados com arma de fogo (Roubos)

Relativamente à investigação dos crimes praticados com arma de fogo, designadamente nos roubos, verifica-se que os E4, E5 e E6 não concordam com a atribuição da competência reservada à PJ (S01-50%).

O E4 sustenta a sua posição referindo que “[...] há investigações que, por implicarem apenas o uso de arma de fogo, passam para o OPC de competência reservada”. O E5 complementa esta ideia referindo que “existem diversos crimes perpetrados com recurso a arma de fogo em que o seu uso é apenas para intimidar, nem sequer são efetuados disparos”.

Por fim, o E6 recorda que “frequentemente alguns roubos com armas de fogo são de investigação simples e por vezes diretamente relacionados com outros crimes onde não é usada ou referenciada arma de fogo”.

Já o E3 concorda parcialmente com a competência de investigação destes crimes na reserva da PJ (S02-16,6%), fundamentando esta posição na *tecnicidade* que a investigação exige. Assim, na sua opinião, a PJ só deveria garantir estas investigações quando “as armas de fogo são utilizadas conjuntamente com objetos armadilhados, e quando haja efetivamente recurso a arma de fogo contra uma pessoa”, ou seja, nos casos que requerem *tecnicidade* na investigação.

Para o E1, esta atribuição de competência na PJ merece uma reapreciação dos pressupostos (S03-16,6%), uma vez que “tem havido um crescimento, uma massificação destes crimes” e a “atribuição de competência à GNR e PSP destes crimes poderia permitir que a PJ se dedicasse à criminalidade que é muito difícil de investigar”, referindo-se à criminalidade económica e financeira e à cibercriminalidade.



Não obstante, o E2 concorda com esta competência na reserva da PJ (S04-16,6%), referindo que “esta competência quanto ao meio/modo de cometer crimes tem uma longa tradição. A circunstância de modo é de tal forma grave que justifica um tratamento investigatório diferenciado”. Sublinha esta concordância “[...] pela própria valência criminal (os elementos do tipo do crime) e pela informação que daí se retira, não só das diligências investigatórias, mas como da análise forense das armas de fogo” (Quadro 4).

Quadro 4 - Crimes praticados com arma de fogo (Roubos) (Q.4).

Cod.	Segmento identificado	Total	Resultados
01	Não concorda com a atribuição de competência reservada à PJ.	3/6	50%
02	Concorda parcialmente.	1/6	16,6%
03	Merece uma reapreciação dos pressupostos.	1/6	16,6%
04	Concorda com a competência na reserva da PJ.	1/6	16,6%

4.1.2.5 Medidas na dimensão legislativa

Da análise do Quadro 5, resulta que a revisão da LOIC é uma das medidas apontadas pela maioria dos entrevistados para melhorar o SIC (S01-50%).

Nesta linha, o E6 sublinha a necessidade de “dar mais competências à GNR e PSP para a investigação da CVG” e o E3 refere que “[...] a LOIC deveria comportar um texto que permitisse uma correta interpretação no sentido de dar aos OPC de proximidade competências de investigação nos crimes em que as armas de fogo são utilizadas [...]”.

Por outro lado, o E1 e o E3 identificam ainda a necessidade de reforçar o papel coordenador do SGSSI (S02-25%). Neste sentido, o E3 refere que “nós temos hoje o SGSSI, entidade com competências de coordenação das FSS, que pode e deve assumir essas funções [...]”.

O E1 identifica ainda outra medida para melhorar o SIC. A necessidade de assegurar uma direção mais eficaz do inquérito por parte do MP (S03-12,5%).

Por fim, o E2 refere que apesar do sistema funcionar com relevante grau de eficiência (S04-12,5%), “a Polícia Judiciária está aberta a discussão de eventuais alterações legislativas cujo único foco seja a melhoria da prevenção e investigação da criminalidade violenta e grave”.

Sublinha ainda que “mais do que pretender alterações legislativas por si só, há que efetuar um trabalho de fundo, importando analisar, conjuntamente e de forma holística, o sistema implementado”.



Quadro 5 - Medidas na dimensão legislativa (Q.5.).

Cod.	Segmento identificado	Total	Resultados
01	Revisão da LOIC.	4/8	50%
02	Reforçar o papel coordenador do SGSSI.	2/8	25%
03	Assegurar uma direção mais eficaz do inquérito por parte do MP.	1/8	12,5%
04	O sistema funciona com relevante grau de eficiência.	1/8	12,5%

4.1.2.6 Medidas na dimensão institucional

No que diz respeito às medidas na dimensão institucional, os Oficiais da GNR entrevistados identificam a necessidade de melhorar a coordenação no *combate* à CVG (S01-60%). Para o E5 esta necessidade, é fundamental não só “dentro da estrutura de IC - GNR, mas também com a componente territorial”.

Neste sentido, e face à dispersão territorial da GNR, o E4 identifica a necessidade de desenvolver uma capacidade de coordenação, de controlo e supervisão centralizada para melhorar o contributo da GNR nesta matéria (S02-20%).

Por outro lado, o E6 refere também a necessidade de melhorar o processo de análise de informação criminal, para impedir que órgãos distintos possam estar a investigar os mesmos suspeitos (S03-20%) (Quadro 6).

Quadro 6 - Medidas na dimensão institucional (Q.6.).

Cod.	Segmento identificado	Total	Resultados
01	Melhorar a coordenação.	3/5	60%
02	Capacidade de controlo, de coordenação e supervisão centralizada.	1/5	20%
03	Melhorar o processo de análise de informação criminal.	1/5	20%

4.1.2.7 Investigação dos crimes violentos e graves nos Comandos Territoriais

Relativamente à implementação nos CTer de uma equipa especialmente orientada para a investigação da CVG na sua ZA, o E3 e o E5 apontam uma solução diferente: a constituição de Equipas Mistas - *Task Force* - entre a SIIC dos CTer e a SIC - UI (S01-66,7%), para investigar os inquéritos mais complexos e de elevado risco.

Porém, o E6 concorda com implementação desta equipa nos CTer (S02-33,3%), para melhorar o contributo da GNR na investigação da CVG, apontando como fragilidade do



modelo atual “a distância do CTer do Porto à UI dificulta que seja a SIC-UI a assumir essa missão na ZA deste CTer” (Quadro 7).

Quadro 7 - Investigação dos crimes violentos e graves nos Comandos Territoriais (Q.7).

Cod.	Segmento identificado	Total	Resultados
01	Constituição de Equipas Mistas com SIC/UI.	2/3	66,7%
02	Implementação de uma equipa especialmente orientada para a CVG.	1/3	33,3%

4.1.2.8 Equipas especializadas na Criminalidade Violenta e Grave

No que concerne à implementação nos NIC de equipas para a investigação da CVG, o E5 defende a especialização. Neste sentido, admite que “uma possibilidade seriam equipas para investigar a CVG [...]” (S01-33,3%).

Já o E4 e o E6 concordam parcialmente com esta medida (S02-66,7%). O E4 refere que, apesar de considerar “muito importante a especialização”, a implementação destas equipas só poderá ser feita nos NIC cujo efetivo assim o permita. Já o E6 refere que se deve “conceder flexibilidade às Unidades, porque mesmo dentro do CTer pode haver realidades sócio criminais significativamente distintas”. No entanto, é da opinião que, essa equipa a existir, deverá ser o NIC da SIIC (Quadro 8).

Quadro 8 - Equipas especializadas na Criminalidade Violenta e Grave (Q.8).

Cod.	Segmento identificado	Total	Resultados
01	Concorda com a implementação da medida.	1/3	33,3%
02	Concorda parcialmente.	2/3	66,7%

4.1.2.9 Alterações organizacionais ou de outra natureza

Todos os entrevistados apontam medidas para melhorar o contributo da GNR no *combate* à CVG. O E4 refere a necessidade de revisão do Despacho N.º 18/14 - OG, de 11 março (S01-33,3%), bem como, paralelamente, alerta para a necessidade de redefinição dos crimes do *catálogo* de competência reservada da PJ e da CVG do RASI.

No que diz respeito à dependência orgânica da SIC-UI do Grupo de Intervenção e Operações Especiais (GIOE), o E5 concorda com este modelo (S02-33,3%), referindo que “o princípio é ter capacidade de pesquisa, de análise e de tratamento de informação e intervenção para poder fazer face às ameaças” e dá como exemplo de sucesso o *Grupo de Acción Rápida*, da *Guardia Civil*, em Espanha.

Já o E6 refere como situação ideal a criação de uma Subunidade de *combate* à CVG, com polos em Lisboa e Porto (S03-33,3%) (Quadro 9).



Quadro 9 - Alterações organizacionais ou de outra natureza (Q.9.).

Cod.	Segmento identificado	Total	Resultados
01	Revisão do Despacho N.º 18/14 - OG.	1/3	33,3%
02	Concorda com o modelo atual (dependência orgânica da SIC-UI do GIOE).	1/3	33,3%
03	Criação duma Subunidade, com polos em Lisboa e Porto.	1/3	33,3%

4.2 Síntese conclusiva

A GNR, fruto da experiência acumulada e do seu posicionamento no SSI, é hoje uma *polícia de proximidade* capacitada para desenvolver com eficácia as ações de investigação criminal que lhe estão atribuídas, desde a pequena criminalidade até à CVG.

Da análise efetuada neste capítulo, foi possível elencar medidas que podem vir a ser implementadas para melhorar o seu contributo no *combate* à CVG, e que foram agrupadas em três dimensões: a legislativa, a institucional e a de coordenação.

Na primeira, dimensão legislativa, importa equacionar alterações no que respeita às competências de investigação das diversas tipologias do crime de roubo, elencadas no *catálogo* da CVG, nomeadamente quando são praticados com arma de fogo.

Atualmente, conforme decorre do art.º 7, n.º 3, alínea *h*), da LOIC, a competência para a investigação nestes casos tem vindo a ser delegada na PJ. Pela abrangência da norma e pela massificação dos *crimes de rua*²⁸, com recurso a armas de fogo, esta reserva da PJ poderá ser objeto de reavaliação dos pressupostos, nas situações em que a sua utilização não é consumada, e, portanto, não requer *cientificidade* na investigação.

Nestas ocorrências, as *polícias de proximidade* têm elevada capacidade de reação e estão capacitadas para a resolução célere destes inquéritos, através do acesso a fontes privilegiadas de informação.

Uma alteração legislativa desta natureza, em sede de revisão da LOIC, poderá trazer maior eficácia ao sistema, uma vez que existe um alargamento da CVG que não é compatível com a atribuição desta reserva à PJ²⁹.

²⁸ Conceito de origem anglo-saxónico, baseado na dicotomia entre crimes de gabinete (*Office Crimes*) e os crimes de rua (*Street Crimes*) de maior visibilidade social e normalmente geradores de elevada insegurança nas populações, em que grande parte da sua resolução depende da rápida atuação policial, com isolamento do local do crime e exploração imediata dos meios de prova (Torres, 2005, p. 616).

²⁹ O Professor Rui Pereira na entrevista realizada em 03FEV21 refere que: “Em 2008, sobre o meu impulso na Unidade de Missão a ideia da competência reservada absoluta e relativa, não foi de aumentar as competências da PJ, foi o facto de reconhecer que a PJ não podia eficazmente investigar todos os crimes, por exemplo com armas de fogo”.



A segunda, na dimensão institucional, onde foram entrevistados Oficiais da GNR, apurou-se que o modelo de IC-GNR carece de maior capacidade de coordenação, de controlo e supervisão centralizada. Para isso, no âmbito do Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais³⁰ (SIOP), deverão existir mecanismos que permitam detetar conflitos, melhorando o processo de alertas e cruzamento da informação.

Por outro lado, estando a SIC - UI sedeadada em Lisboa, a sua utilização operacional, em especial na região norte, apresenta alguns constrangimentos. Ora, considerando que esta região tem uma forte incidência de CVG, deverá ser ponderada a possibilidade de implementar uma segunda equipa no norte do País.

Concluiu-se também que, a existirem equipas vocacionadas para o *combate* à CVG nos CTer, estas deverão ser os NIC das SIIC³¹, em linha, aliás, com as estatísticas criminais que levaram à sua implementação nas Unidades Territoriais.

Por último, na análise do conteúdo das entrevistas surgiu uma terceira dimensão: a da coordenação. Segundo alguns entrevistados, as estruturas de coordenação não estão a funcionar de forma suficientemente eficaz, sugerindo-se que sejam implementadas medidas ao nível do SGSSI e do MP.

Assim, apesar de o SGSSI estar equiparado a Secretário de Estado, existe a necessidade de reforçar as suas competências, designadamente através da implementação de um Sistema de Coordenação que poderá vir a emprestar uma maior eficácia no *combate* à CVG. Por outro lado, também ao nível do MP, se poderá promover medidas de coordenação para assegurar uma direção mais eficaz do inquérito.

Face ao exposto, considera-se respondida a **QD3**: Que medidas poderão vir a melhorar a contribuição da Guarda Nacional Republicana no *combate* à Criminalidade Violenta e Grave? Desta forma, foi também alcançado o **OE3** deste trabalho.

³⁰ O SIOP consiste num sistema baseado num repositório único, centralizado e alargado a todo o dispositivo, que permite à GNR o suporte à decisão, baseado em informação alargada e em tempo real, bem como a uniformização de procedimentos.

³¹ Encontram previsão legal nos Comandos Tipo I, designadamente: Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Aveiro e Faro.



5. Conclusões

Num ambiente de segurança caracterizado por riscos e ameaças globais, a investigação criminal sofreu relevantes transformações nos finais do Séc. XX, com o nascimento de uma criminalidade cada vez mais complexa, organizada e transnacional.

Face a esta realidade, em 2000, surgiu a primeira LOIC, que veio repartir as competências de investigação pelos OPC, reservando a PJ para a investigação da criminalidade mais complexa e de âmbito transnacional.

De facto, a globalização das sociedades em que hoje vivemos implica a existência de estruturas organizacionais altamente especializadas, com elevados níveis de eficácia e de capacidade de resposta, como é o caso da PJ, tradicionalmente uma *polícia de investigação*.

É neste contexto e perante as ameaças transnacionais, como o terrorismo, o crime organizado, a cibercriminalidade e as ameaças híbridas, que as FSS são chamadas a atuar, nas dimensões nacional e internacional, desde logo, numa vertente de prevenção criminal, mas também no âmbito da investigação criminal, com grande enfoque nos mecanismos de cooperação policial, conducente à mitigação dos riscos e ameaças à SI.

Por outro lado, na última década, as *polícias de proximidade*, além da sua missão de prevenção destes fenómenos criminais, foram desenvolvendo competências de investigação e, com base na experiência adquirida, modernizaram-se.

Hoje, a atividade que desenvolvem e os resultados operacionais que apresentam são bem patentes do seu posicionamento no SIC, sustentado, quer na crescente qualificação do *produto operacional*, quer no reconhecimento das AJ e da população em geral.

Desta abordagem, resulta a necessidade de refletir e de assegurar uma repartição racional das competências de investigação na CVG, tendo em consideração as capacidades e as especificidades de cada OPC, mantendo, naturalmente, o papel que matricialmente é reconhecido à PJ de investigação da criminalidade mais complexa e de maior *cientificidade*.

É neste quadro que se desenvolveu este trabalho de investigação, numa temática revestida de relevância e atualidade para a eficácia do SIC, orientada pelo OG de propor novas competências para a Guarda Nacional Republicana no *combate* à Criminalidade Violenta e Grave, procurando responder à QC:

– *Que competências poderão vir a ser atribuídas à GNR para melhorar o combate à Criminalidade Violenta e Grave?*

Para estudar o OG, operacionalizado na QC, foram elencados três OE, cuja investigação foi estruturada em três QD.



Em termos metodológicos, este estudo assentou num raciocínio dedutivo e numa estratégia de investigação qualitativa, de naturezas empírica e descritiva, sendo o desenho de pesquisa o estudo de caso.

Os instrumentos de recolha de dados centraram-se na análise documental de obras jurídicas, de relatórios estatísticos da criminalidade registada e de outra documentação cuja temática versa a investigação criminal, e na realização de entrevistas semiestruturadas a personalidades com especial relevância pelos conhecimento e influência que detêm sobre a problemática, tendo-se obtido resposta às questões de investigação e conseguido, desta forma, satisfazer os objetivos propostos.

Para além da introdução e das conclusões, este TII foi estruturado em mais três capítulos, tendo, em cada um deles, sido estudado um OE e encontrada a resposta à QD que lhe está associada.

Assim, no segundo capítulo foi dada resposta à QD1, tendo-se concluído que a atividade de SI está enquadrada nos termos da CRP e da Lei, nomeadamente das Leis Penal e Processual Penal, da LQPC, das LPC e das Leis Orgânicas das FFSS.

Dos seus objetivos primordiais destacam-se a proteção da vida e da integridade das pessoas contra o terrorismo e a criminalidade violenta ou altamente organizada, numa sociedade atual em constante aceleração e caracterizada por riscos e ameaças globais.

No que diz respeito à CVG – uma das ameaças que mais desperta sentimentos de insegurança – pese embora ter vindo a descer desde 2008, em 2019 inverteu essa tendência. Os 14.398 crimes registados, correspondem a mais 417 participações, relativamente a 2018, com especial destaque para o roubo que, nas suas diferentes formas, é responsável por 75,9% do total de ocorrências violentas e graves registadas no nosso país.

No terceiro capítulo, estudou-se o OE2 e deu-se resposta à QD2, tendo-se concluído que, no atual contexto criminológico, a PJ continua a deter o papel que matricialmente lhe é reconhecido na investigação das formas mais complexas e graves da criminalidade.

À GNR e à PSP compete-lhes a investigação dos crimes inscritos no *catálogo* da CVG, não elencados no n.º 2 e n.º 3, do artigo 7.º, da LOIC, de acordo com os Princípios da Repartição de Competências e da Reserva de Competência da PJ, assumindo-se, na generalidade dos casos, a área de responsabilidade como o fator distintivo para a atribuição da competência de investigação.

Porém, verifica-se que no extenso *catálogo* de crimes da reserva da PJ constam diversos ilícitos de menor complexidade e *cientificidade* na investigação, e, que como tal, a



competência poderá ser atribuída às *polícias de proximidade*, que estão hoje capacitadas para o efeito.

Tendo por base o enquadramento apresentado, partiu-se para o trabalho de campo, utilizando como instrumento de recolha de dados a entrevista semiestruturada, para concretizar o OE3, e assim dar resposta à QD3.

Do quadro teórico apresentado e das explanações dos entrevistados, concluiu-se que a estrutura de IC - GNR está hoje capacitada para realizar as ações de investigação criminal que nos termos da lei lhe estão atribuídas, desde a pequena criminalidade até à investigação de grande parte das tipologias criminais inscritas no *catálogo* da CVG.

Por outro lado, esta vertente operacional, atualmente regulada pelo Despacho 18/14 - OG, de 11 de março, tem na sua estrutura órgãos dedicados à investigação da CVG que realizam os respetivos inquéritos, na dependência funcional do MP.

Do diagnóstico efetuado, foi possível elencar medidas que podem vir a melhorar o *combate* à CVG, designadamente nos âmbitos: legislativo, institucional e da coordenação.

Na dimensão legislativa, considerando que o mundo está numa mudança vertiginosa, com novos riscos e ameaças à SI, impõem-se uma revisão da LOIC, que já data de 2008, designadamente na repartição das competências de investigação. Nesta linha, sugere-se a reapreciação dos pressupostos da reserva da PJ relativamente às diversas tipologias do crime de roubo, nos termos do art.º 7.º, n.º 3, alínea *h*), da LOIC.

Na dimensão institucional, a IC - GNR carece de maior capacidade de coordenação e de controlo, através da implementação de mecanismos no SIIOP que permitam detetar conflitos nas investigações em curso. Por outro lado, considerando que a região norte apresenta uma forte incidência da CVG, deverá ser ponderada a necessidade de constituir uma segunda equipa da SIC - UI no norte do País, deixando também a possibilidade de, ao nível de alguns CTer, os NIC das SIIC se constituírem como equipas privilegiadas na investigação da CVG, na sua área de responsabilidade.

Por fim, a dimensão da coordenação é apontada como uma medida decisiva para melhorar a eficácia do SIC, onde deverá ocorrer um reforço do poder de coordenação do SGSSI, e do próprio MP, para assegurar uma direção mais eficaz do inquérito.

Destarte, conclui-se que:

– A IC - GNR evoluiu desde a década de 90, e modernizou-se, estando hoje altamente capacitada para o cumprimento de ações de investigação criminal que lhe estão atribuídas no âmbito do SIC.



– Os resultados operacionais alcançados, o reconhecimento das AJ e a credibilidade que granjeou junto das populações em todo o TN, permitem consolidar a ideia que a IC-GNR poderá alargar o seu contributo no *combate* à CVG, assumindo novas competências, designadamente nos *crimes de rua*, que requerem uma investigação criminal de proximidade.

– Por outro lado, um dos desígnios da LOIC, em 2000, foi a libertação de meios da PJ para a investigação de ilícitos mais graves e complexos. Todavia, o contexto criminológico nas duas últimas décadas tem vindo a ser alterado de forma célere, com uma criminalidade cada vez mais organizada, grave e transnacional, que exigem uma polícia altamente especializada e com elevados padrões de eficácia, designadamente ao nível da cooperação internacional.

– De acordo com o previsto na atual LOIC, à PJ compete-lhe a investigação dos crimes elencados no n.º 2 e n.º 3, do artigo 7.º, em concordância com o Princípio da Repartição de Competências e da Reserva de Competência da PJ, o que se traduz na gestão de um vasto volume de criminalidade por parte desta polícia.

– Acresce que, na análise efetuada à evolução da CVG resulta que em 2019 foi invertida a tendência de descida que se vinha registando desde 2008, com especial destaque para os crimes de roubo que, nas suas diferentes formas, são responsáveis por 75,9% do total de ocorrências violentas e graves.

– Neste quadro, apesar da GNR ter competências de investigação em diversas tipologias criminais do roubo, quando nas ocorrências são utilizadas armas de fogo, nos termos do art.º 7.º, n.º 3.º, alínea *h*), da LOIC, os inquéritos passam para a reserva da PJ. Ora, a investigação destes crimes caracteriza-se pela necessidade de uma atuação célere, com base numa recolha local de informações, que a investigação das *polícias de proximidade* pode potenciar.

– Desta análise resulta que a GNR poderá assumir novas competências nas diversas tipologias do roubo, com recurso à arma de fogo, uma vez que deve ser privilegiada a investigação criminal de proximidade, que empresta maior eficácia e celeridade à investigação. Porém, nos casos em que a investigação requer *cientificidade*, designadamente quando da utilização das armas de fogo resultem vítimas, este estudo sugere que nestes casos a competência deverá continuar na reserva da PJ.

– Por outro lado, as alterações legislativas efetuadas em 2002 à LOIC original conduziram ao fim da possibilidade de investigação dos homicídios, mesmo que o agente



seja conhecido, pelas *polícias de proximidade*. Decorre ainda desta investigação que esta orientação do legislador se mantém atual, e, como tal, esta competência deverá continuar na reserva da PJ, que tem nos seus quadros elementos altamente especializados nesta área criminal de grande *tecnicidade*.

– Por fim, sublinha-se que a luta contra o terrorismo, o crime organizado e transnacional, a criminalidade económico-financeira e a cibercriminalidade, para além da imprescindível cooperação internacional, exigem *cientificidade* e *tecnicidade*, que está, e deverá continuar, no domínio do saber da PJ, sendo por isso lógico que, ao nível doméstico, se pondere a reapreciação das competências de investigação dos OPC na CVG.

Desta forma, e com base na informação coligida e analisada ao longo dos vários capítulos e das conclusões ora formuladas, podemos concluir que se respondeu à QC desta investigação, dando-se assim por cumprido o OG do trabalho.

Em termos de **contributos para o conhecimento**, cumpre relevar que este estudo inova pela temática que aborda e pelas reflexões que apresenta, que poderão vir a ser muito úteis em sede de eventuais processos de revisão da LOIC, que data de 2008, e, ao nível institucional, do Despacho 18/14 - OG, de 11 de março.

Pretendeu-se com este estudo contribuir para o conhecimento científico, elencando medidas que poderão melhorar a eficácia do SIC, designadamente no *combate* à CVG, com a atribuição de novas competências de investigação à GNR, designadamente nas diversas tipologias do Roubo com arma de fogo.

Como **limitações à investigação** cumpre referir a situação de Pandemia da *COVID 19*, com sucessivos e prolongados confinamentos, que condicionaram naturalmente a investigação, particularmente na interação com os entrevistados e na resposta de algumas entidades.

Relativamente a **estudos futuros**, sugere-se a realização de uma investigação no âmbito dos sistemas de coordenação, que aborde a possibilidade da criação dum órgão de supra policial, ao nível do SGSSI.

Como **considerações de ordem prática**, afigura-se pertinente e com urgência proceder à reestruturação da IC - GNR, centrada numa revisão dos seus quadros orgânicos e na promoção de mecanismos de coordenação e de controlo centralizado no âmbito do SIIOP, para fazer face aos desafios que se colocam à Instituição.



Em síntese, as *polícias de proximidade* estão hoje capacitadas para realizar as ações de investigação criminal que lhes estão legalmente atribuídas e podem melhorar o seu contributo no âmbito do *combate* à CVG.

A GNR poderá assumir novas competências, designadamente na investigação das diversas tipologias do roubo, que, nas suas diferentes formas, em 2019 foram responsáveis por 75,9% do total de ocorrências violentas e graves registadas no nosso país, o que permite libertar a PJ para a investigação da criminalidade mais complexa, organizada e transnacional, um dos principais desígnios da LOIC.



Referências Bibliográficas

- Borges, F. (2014). *Criminalidade organizada e cooperação judiciária em matéria penal na União Europeia: traços gerais*. Estudos de Direito e Segurança (Vol. II). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Comissão Europeia (2020). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Estratégia da UE para a União da Segurança. [Página online]. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0605&from=EN>
- Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro (1987), com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 102/2019, 6 de setembro (2019). *Código de Processo Penal*. Diário da República n.º 40/1987, Série I de 1987-02-17. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março (1995), com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 102/2019, de 6 de setembro (2009). *Código Penal*. Diário da República n.º 63/1995, Série I-A de 1995-03-1. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro (2015). *Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar*. Diário da República, Série I, 211, 9298 - 9311, Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 137/2019, de 13 de setembro (2019). *Aprova a nova estrutura organizacional da Polícia Judiciária*. Diário da República, Série I, 176, 71-106. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Deliberação n.º 290/2010, de 26 de janeiro (2010). *Atualização para fins estatísticos da “tabela de crimes registados”*. Diário da República n.º 25, Série II de 2010-02-5. Lisboa: Conselho Superior de Estatística.
- Deliberação do Conselho de Ministros n.º 140/2010, de 25 de março (2010). *Aprova o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março (2014). *Estrutura da Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: GNR.
- Feiteira, A. M. (2014). *Uma Conceção Integrada de Segurança no Domínio das Políticas Públicas: Tópicos de Reflexão*. Estudos de Direito e Segurança (Vol. II). Coimbra: Edições Almedina S.A.



- Fernandes, L. F., & Valente, M. M. G. (2005). *Segurança Interna. Reflexões e Legislação*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Fórum Económico Mundial. (2021). Relatório de Riscos Globais 2021 (16.º ed.). [Página *online*]. Retirado de <https://www.zurich.com.br/-/media/project/zwp/brazil/docs/noticias/sumario-executivo-relatorio-riscos-globais-2021.pdf?la=pt-br&rev=0fd169243f264f2991b7dcf9f7aa3a33&hash=50855FE21CEB7E280725B1657D065E51>
- GNR. (2014). *Despacho 18/2014 – OG, de 11 de março*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- GNR. (2019). *Estratégia da Guarda 2025*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Gouveia, J. B. (2015). *Direito Constitucional da Segurança*. Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- IUM. (2019). Domínios, áreas e subáreas de investigação. [Página *online*]. Retirado de <https://cidium.iuum.pt/site/index.php/pt/investiga/dominios-areas-e-subareas-de-investigacao>
- IUM. (2020a). *NEP/INV-001(A1) Procedimentos relativos à elaboração de Trabalhos de Investigação realizados no âmbito dos cursos que não atribuem grau académico*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- IUM. (2020b). *NEP/INV-003(A3) Estrutura e regras de citação e referenciação de trabalhos escritos a realizar no Instituto Universitário Militar*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Lei n.º 47/86, de 15 de outubro (1986), com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (2017). *Estatuto do Ministério Público. Diário da República n.º 238/1986, Série I de 1986-10-1*. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto (2000). Revogada. *Organização da Investigação Criminal*. Diário da República, Série I-A, 184, 3875-3878. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto (2015). *Sétima revisão constitucional*. Diário da República, Série I-A, 155, 4642-4686. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto (2007). *Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública*. Diário da República, Série I, 53, 6065-6074. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 17/2006, de 23 de maio (2006). *Aprova a Lei Quadro de Política Criminal*. Diário da República, Série I, 99, 3462-3463. Lisboa: Assembleia da República.



- Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (2007). *Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana*, Diário da República, Série I, 213, 8043-8051. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (2008). *Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal*. Diário da República, Série I, 165, 6038-6042. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (2008). *Aprova a Lei de Segurança Interna*. Diário da República, Série I, 53, 6135 - 6141. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto (2009), alterada pela Lei n.º 38/2015, de 11 de maio 2015). *Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal*. Diário da República n.º 155/2009, Série I de 2009-08-12. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 55/2020, de 27 de agosto (2020). *Lei de Política Criminal – Biénio 2020-2022*. Diário da República n.º 167/2020, Série I de 2020-08-27. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto (2019). *Aprova o Estatuto do Ministério Público*. Diário da República, Série I, 163, 131-222. Lisboa: Assembleia da República.
- Lourenço, N. (2014). *Violência Urbana e Sentimento de Insegurança*. Estudos de Direito e Segurança (Vol. II). Coimbra: Edições Almedina S.A.
- Lourenço, N., Lopes, F., Rodrigues, J. C., Costa A., Costa, F. S., Cardoso, F. J., Branco, C., Santos, L., & Lisboa, M. (2018). *Estratégia de Segurança Nacional: Portugal Horizonte 2030*. Coimbra: Edições Almedina S.A.
- Lúcio, A. L., Barreiros, J. A. & Braz, J. (2011). *Levante-se o Véu!*. Lisboa: Oficina do livro.
- Pereira, M. J., & Neves, J. (2005). *Estratégia e Gestão Policial em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração, I.P.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- RASI. (2008). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna.
- RASI. (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna.
- RASI. (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna.



- RASI. (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna.
- RASI. (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna.
- RASI. (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna.
- RASI. (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Rego, A., Cunha, M. P., & Meyer Jr., V. (2018). Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de investigação. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 17(2), 43-57.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril (2013). *Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República, Série I, 67, 1981-1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Santos, L.A.B., & Lima, J.M.M. (Coord.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2.ª ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Coleção Manuais. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer uma investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. 1.ª ed. Lisboa: Lidel.
- Valente, M. M. G. (2006). *Regime Jurídico da Investigação Criminal: Comentado e Anotado* (3.ª ed.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial* (3.ª ed.). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Veloso, R.A.R. (2020). *O Papel da Guarda Nacional Republicana no contexto do Sistema de Investigação Criminal* (TII). Lisboa: IUM.



Anexo A — Lista de crimes da competência reservada da Polícia Judiciária

Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto

Artigo 7.º

Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal

2 - É da competência reservada da Polícia Judiciária, não podendo ser deferida a outros órgãos de polícia criminal, a investigação dos seguintes crimes:

- a) Crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa;
- b) Escravidão, sequestro, rapto e tomada de reféns;
- c) Contra a identidade cultural e integridade pessoal e os previstos na Lei Penal Relativa Às Violações do Direito Internacional Humanitário;
- d) Contrafação de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respetiva passagem;
- e) Captura ou atentado à segurança de transporte por ar, água, caminho de ferro ou de transporte rodoviário a que corresponda, em abstrato, pena igual ou superior a 8 anos de prisão;
- f) Participação em motim armado;
- g) Associação criminosa;
- h) Contra a segurança do Estado, com exceção dos que respeitem ao processo eleitoral;
- i) Branqueamento;
- j) Tráfico de influência, corrupção, peculato e participação económica em negócio;
- l) Organizações terroristas, terrorismo, terrorismo internacional e financiamento do terrorismo;
- m) Praticados contra o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, os presidentes dos tribunais superiores e o Procurador-Geral da República, no exercício das suas funções ou por causa delas;
- n) Prevaricação e abuso de poderes praticados por titulares de cargos políticos;
- o) Fraude na obtenção ou desvio de subsídio ou subvenção e fraude na obtenção de crédito bonificado;



- p) Roubo em instituições de crédito, repartições da Fazenda Pública e correios;
- q) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e o).

3 - É ainda da competência reservada da Polícia Judiciária a investigação dos seguintes crimes, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte:

- a) Contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ou incapazes ou a que corresponda, em abstrato, pena superior a 5 anos de prisão;
- b) Furto, dano, roubo ou recetação de coisa móvel que:
 - i) Possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em coleções públicas ou privadas ou em local acessível ao público;
 - ii) Possua significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico;
 - iii) Pertença ao património cultural, estando legalmente classificada ou em vias de classificação; ou
 - iv) Pela sua natureza, seja substância altamente perigosa;
- c) Burla punível com pena de prisão superior a 5 anos;
- d) Insolvência dolosa e administração danosa;
- e) Falsificação ou contrafação de cartas de condução, livretes e títulos de registo de propriedade de veículos automóveis e certificados de matrícula, de certificados de habilitações literárias e de documento de identificação ou de viagem;
- f) Incêndio, explosão, libertação de gases tóxicos ou asfixiantes ou substâncias radioativas, desde que, em qualquer caso, o facto seja imputável a título de dolo;
- g) Poluição com perigo comum;
- h) Executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objetos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioativas;
- i) Relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia;
- j) Económico-financeiros;
- l) Informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática;
- m) Tráfico e viciação de veículos e tráfico de armas;
- n) Relativos ao exercício ilícito da atividade de segurança privada;
- o) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e l).



Anexo B — Lista de crimes de investigação prioritária

Lei n.º 55/2020, de 27 de agosto

Artigo 5.º

Crimes de investigação prioritária

São considerados crimes de investigação prioritária:

- a)* Os crimes contra a vida e contra a integridade física praticados contra ou por agentes de autoridade;
- b)* O terrorismo e os crimes previstos na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto;
- c)* A violência doméstica e o homicídio conjugal;
- d)* Os crimes praticados contra vítimas especialmente vulneráveis, incluindo as crianças, os jovens, as mulheres grávidas e as pessoas idosas, doentes, pessoas com deficiência e imigrantes;
- e)* A cibercriminalidade, incluindo os crimes cometidos por meio de um sistema informático ou de comunicação;
- f)* Os crimes violentos, bem como os praticados de forma organizada ou em grupo;
- g)* O tráfico de pessoas;
- h)* Os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual;
- i)* A extorsão;
- j)* O furto e o roubo em residências;
- k)* A corrupção e a criminalidade conexa;
- l)* A criminalidade económico-financeira, em especial o crime de branqueamento de capitais;
- m)* Os crimes fiscais e contra a segurança social;
- n)* Os crimes contra o sistema de saúde;
- o)* A criminalidade em ambiente escolar e em ambiente de saúde;
- p)* O crime de incêndio florestal e os crimes contra o ambiente e o tráfico de espécies protegidas;
- q)* Os crimes em contexto rodoviário de que resulte a morte, a condução perigosa de veículo rodoviário e a condução de veículo em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas;
- r)* Os crimes contra a autoridade pública cometidos em contexto de emergência sanitária ou de proteção civil;
- s)* A propagação de doença.



Anexo C — Organigrama da Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana: Anexo N do Despacho N.º 18/14-OG

Anexo N (ORGANOGRAMA DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA)

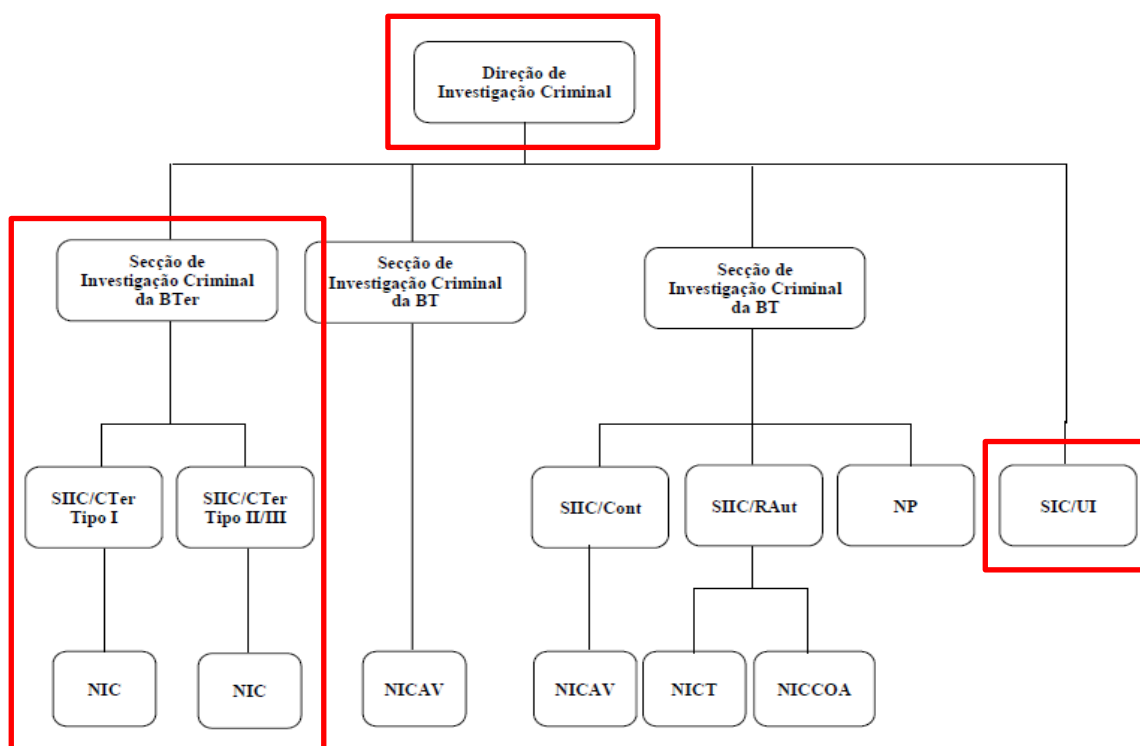


Figura 3 - Organograma da Investigação Criminal da GNR

Fonte: GNR (2014, p. 81).



Apêndice A — Modelo de Análise

Quadro 10 - Modelo de Análise.

OBJETIVO GERAL	Propor novas competências para a Guarda Nacional Republicana no <i>combate</i> à Criminalidade Violenta e Grave.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÃO CENTRAL	Que competências poderão vir a ser atribuídas à GNR para melhorar o <i>combate</i> à Criminalidade Violenta e Grave?				
	QUESTÕES DERIVADAS	CONCEITOS	DIMENSÕES	INDICADORES	DADOS	
					Instrumentos de Recolha	Técnicas de análise
OE1 Descrever a evolução da Criminalidade Violenta e Grave, no atual contexto de riscos e ameaças à segurança interna.	QD1 Como tem sido a evolução da Criminalidade Violenta e Grave, no atual contexto de riscos e ameaças à Segurança Interna?	Segurança Interna. Criminalidade Violenta e Grave.	Investigação Criminal.	Estatísticas criminais. Catálogo da CVG.	Pesquisa Documental	Análise documental
OE2 Analisar as competências dos Órgãos Polícia Criminal de competência genérica na investigação da Criminalidade Violenta e Grave.	QD2 Quais são as competências dos Órgãos de Polícia Criminal de competência genérica na investigação da Criminalidade Violenta e Grave?	Investigação Criminal. Órgãos de Polícia Criminal.	Direito Processual Penal. Lei da Organização da Investigação Criminal.	Repartição competências.		
OE3 Identificar medidas que poderão melhorar o contributo da GNR no <i>combate</i> à Criminalidade Violenta e Grave.	QD3 Que medidas poderão melhorar o contributo da GNR no <i>combate</i> à Criminalidade Violenta e Grave?	Competências. Estrutura IC -GNR.	Legislativa. Institucional.	Tipologias criminais.	Entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo



Apêndice B — Catálogo da Criminalidade Violenta e Grave

Quadro 11 - Competências dos Órgãos de Polícia Criminal.

<i>Catálogo da CVG</i>	OPC	LOIC
Homicídio voluntário consumado	PJ	alínea a), do n.º 2, do art.º 7
Ofensa integridade física grave	GNR/PSP/PJ*	alínea a), do n.º 2, do art.º 7 *alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Rapto, sequestro e tomada de reféns	PJ	alínea b), do n.º 2, do art.º 7
Violação	PJ	alínea a), do n.º 3, do art.º 7
Roubo banco ou outro estabelecimento crédito	PJ	alínea p), do n.º 2, do art.º 7
Roubo a farmácias	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo a ourivesarias	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo a posto de abastecimento de combustível	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo a residência	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo a tesouraria ou estação dos correios	PJ	alínea p), do n.º 2, do art.º 7
Roubo a transporte de valores	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo de viatura	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo em edifícios comerciais ou industriais	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo em estabelecimento de ensino	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo em transportes públicos	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo na via pública exceto por esticção	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Roubo por esticção	GNR/PSP	
Outros roubos	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Extorsão	GNR/PSP/PJ*	*alínea h), do n.º 3, do art.º 7
Pirataria aérea outros crimes contra a segurança da aviação civil	PJ	alínea e), do n.º 2, do art.º 7
Motim, instigação e apologia pública do crime	GNR/PSP/PJ*	*alínea f), do n.º 2, do art.º 7
Associação criminosa	PJ	alínea g), do n.º 2, do art.º 7
Resistência e coação sobre funcionário	GNR/PSP	
Organizações terroristas e terrorismo nacional	PJ	alínea l), do n.º 2, do art.º 7
Outras organizações terroristas e terrorismo internacional	PJ	alínea l), do n.º 2, do art.º 7



Apêndice C — Criminalidade Violenta e Grave registada pela Guarda Nacional Republicana

Tabela 5 - Criminalidade Violenta e Grave registada pela GNR.

Criminalidade Violenta e Grave	2015	2016	2017	2018	2019
Roubo por esticção	1.133	763	792	778	908
Resistência e coação sobre funcionário	927	817	788	704	714
Roubo na via pública (exceto por esticção)	696	704	559	511	651
Ofensa à integridade física voluntária grave	107	138	159	152	205
Roubo a residência	222	159	147	175	150
Extorsão	76	99	70	84	109
Violação	57	62	65	69	79
Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais	67	83	63	42	71
Rapto, sequestro e tomada de reféns	65	58	46	47	67
Outros roubos	104	103	106	129	51
Roubo a posto de abastecimento de combustível	31	37	18	54	41
Roubo de viatura	36	36	17	20	31
Homicídio voluntário consumado	15	13	8	16	19
Roubo a farmácias	6	4	6	13	13
Roubo em transportes públicos	17	16	10	18	10
Roubo a tesouraria ou estação de correio	0	1	1	0	1
Roubo em estabelecimento de ensino	2	3	3	2	2
Roubo a ourivesarias	4	5	1	2	1
Pirataria aérea/outros crimes contra a segurança da	0	0	0	0	2
Organizações terroristas e terrorismo nacional	0	1	0	0	1
Outras organizações terroristas e terrorismo	0	0	0	0	1
Roubo a transportes de valores	0	1	1	1	0
Motim, instigação e apologia pública do crime	0	3	1	0	1
Roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito	0	2	0	1	0
Associação criminosa	0	0	1	0	0
TOTAL	3.565	3.108	2.862	2.818	3.128

Fonte: GNR (2020).



Apêndice D — Lista nominal dos entrevistados

Quadro 12 - Identificação dos Entrevistados.

Cod.	Entrevistado	Data da Realização
E1	Ex Ministro Administração Interna *Professor Rui Carlos Pereira	03/02/21
E2	Diretor Nacional da PJ Dr. Luís António Trindade Nunes das Neves	19/04/21
E3	Diretor do Departamento de Investigação Criminal da PSP Superintendente Dário Duarte Mendes Prates	04/02/21
E4	Diretor da Direção de Investigação Criminal da GNR Coronel João Manuel Ramalho Firmino Nortadas	28/01/21
E5	Chefe da Divisão de Informação da GNR **Tenente-Coronel Bruno Daniel Batalha Fernandes	26/02/21
E6	Chefe da Seção de Informação e de Investigação Criminal do Comando Territorial do Porto Tenente-Coronel Paulo Joaquim Babo Nogueira	20/02/21

Legenda:

*O Professor Rui Pereira, além de Ministro da Administração Interna nos XVII e XVIII Governos, foi coordenador da Unidade Missão para a Reforma Penal, entre 2005 e 2007.

**O TCor Bruno Fernandes desempenhou as funções de Chefe da SIC – UI, entre 2014 e 2019.



Apêndice E — Guião de entrevista

A EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE: NOVAS COMPETÊNCIAS PARA A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

1. Enquadramento

A atualidade deste assunto, nomeadamente no que concerne à evolução da Criminalidade Violenta e Grave (CVG), face à globalização da segurança, é por demais evidente, em especial para os Órgãos de Polícia Criminal (OPC) de competência genérica.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna, não obstante a criminalidade em Portugal ter vindo a descer ao longo dos últimos anos, em 2019 foi registado um aumento, relativamente ao ano anterior. A Criminalidade Geral registou mais 2.391 participações (de 333.223 para 335.614), a que corresponde um aumento de 0,7%, e, na CVG foram registadas mais 417 participações (de 13.981 para 14.398), o que corresponde a um aumento de 3%.

Assim, considerando as tipologias criminais associadas ao *catálogo* da CVG e a repartição de competências pelos OPC, estabelecidas na Lei da Organização da Investigação Criminal (LOIC), considera-se relevante estudar a possibilidade de atribuir mais competências às *polícias de proximidade*, reservando a Polícia Judiciária (PJ) para a investigação da criminalidade mais complexa, transnacional e organizada.

A investigação que se edifica neste trabalho assenta no atual contexto de riscos e ameaças à Segurança Interna, procurando identificar novas competências que poderão vir a ser atribuídas à GNR.

2. Identificação do entrevistado

Nome:	
Habilitações literárias:	
Cargo/Função:	
Local (se aplicável):	
Data:	
Hora de início e fim (se aplicável):	

3. Entrevista

Como se referiu as respostas de V. Exa. são fundamentais para atingir os objetivos da presente investigação e todas as respostas servirão apenas como objeto de estudo para a investigação e, se necessário, serão classificadas.

DIMENSÃO LEGISLATIVA

Na LOIC de 2000, a PJ já detinha a competência de investigação dos ilícitos criminais mais graves e complexos, no entanto, existia um elenco de certos crimes da sua competência reservada que poderiam ser investigados por outros OPC.

Na revisão de 2008, o legislador veio a restringir essa competência paralela de investigação atribuindo à PJ a competência reservada “*absoluta*”, para a investigação de um *catálogo* de crimes que não pode ser deferida noutro OPC (cf. art.º 7.º, n.º 2, da atual LOIC), detendo ainda competência reservada “*relativa*”, que pode ser deferida noutro OPC, num *catálogo* de crimes que consta no art.º 7.º, n.º 3, da LOIC.



01. Um dos desígnios da LOIC foi o de reservar para PJ a investigação dos ilícitos mais graves e complexos. Atendendo a este propósito, considera que a repartição de competências pelos OPC de competência genérica na investigação à CVG está adequada à realidade atual? Justifique.
02. Dos ilícitos criminais atualmente incluídos no *catálogo* da CVG, considera que os de menor complexidade de investigação poderiam passar para a competência da GNR e PSP? Justifique.
03. Nos crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa, nos termos art.º 7, n.º 2, al. a) da LOIC, concorda com a atribuição de competência reservada à PJ, mesmo em situações de detenção do suspeito em flagrante delito, por outro OPC?
04. Relativamente aos crimes praticados com arma de fogo, conforme decorre art.º 7, n.º 3, alínea h) da LOIC, em particular nas diversas tipologias do roubo do *catálogo* da CVG, concorda com a atribuição de competência reservada à PJ?
05. Que alterações legislativas, ou de qualquer outra natureza, poderiam vir a ser implementadas para melhorar a investigação da CVG, no âmbito do Sistema de Investigação Criminal?

DIMENSÃO INSTITUCIONAL

A GNR é hoje uma *polícia de proximidade* capacitada para desenvolver ações de investigação criminal de largo espectro, desde a pequena criminalidade, até à criminalidade violenta e grave.

Na sua Estrutura de Investigação Criminal tem órgãos aos quais estão atribuídas competências para a investigação da CVG, designadamente: (i) a Seção de Investigação Criminal da Unidade de Intervenção (UI) (ii) o NIC dos Comandos Territoriais (CTer) e (iii) o NIC dos Destacamentos Territoriais (DTer) que procede à investigação de crimes que ocorram dentro da ZA de cada DTer, para os quais a GNR tem competência, e que não esteja atribuída a outros órgãos.

06. Considera que a coordenação e articulação entre os órgãos de investigação criminal suprarreferidos é adequada no combate à CVG?

Que medidas poderiam ser implementadas para melhorar esse contributo?

07. Nos termos do Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de março, aos NIC dos Comandos Territoriais não foi contemplada a investigação de crimes especialmente orientados para a CVG na sua ZA, à semelhança das competências atribuídas à SIC da UI nesta matéria.

Considera que a implementação desta medida poderia vir a melhorar o contributo da GNR no combate à CVG?

08. Nos termos do Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de março, os NIC dos Destacamentos Territoriais não estão formalmente articulados em Equipas de Investigação Criminal (EIC), deixando a sua organização ao livre arbitrio das Unidades.

Considera que a implementação de EIC temáticas, especialmente nos NIC Tipo 1 e Tipo 2, com uma equipa dedicada à investigação da CVG, à semelhança dos NICD relativamente à investigação dos crimes de droga, poderia vir a melhorar o contributo da GNR nesta matéria?

09. Considera que a dependência orgânica da SIC/UI do GIOE está adequada à realidade atual?

Que alterações organizacionais, ou de qualquer outra natureza, poderão vir a ser implementadas para melhorar o contributo da GNR na investigação da CVG?



Apêndice F — Análise das entrevistas de aprofundamento

Quadro 13 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 1).

Cod.	Segmento identificado	E1	E2	E3	E4	E5	E6	Total	Resultados
01	A repartição de competências não está adequada à realidade atual.				1	1	1	3	50%
02	Merece uma reapreciação dos pressupostos.	1		1				2	33,3%
03	Considera adequada.		1					1	16,7%
		1	1	1	1	1	1	6	

Quadro 14 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 2).

Cod.	Segmento identificado	E1	E2	E3	E4	E5	E6	Total	Resultados
01	Concorda com o alargamento de competências de investigação da CVG na GNR e PSP.	1			1	1	1	4	66,6%
02	Merece uma reapreciação dos pressupostos			1				1	16,7%
03	Não considera pertinente o alargamento.		1					1	16,7%
		1	1	1	1	1	1	6	

Quadro 15 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 3).

Cod.	Segmento identificado	E1	E2	E3	E4	E5	E6	Total	Resultados
01	Concorda com a atribuição de competência reservada à PJ, nos casos em que o homicida é detido pela GNR/PSP.	1	1	1	1			4	66,6%
02	Concorda parcialmente.					1		1	16,7%
03	Decisão face à complexidade da investigação.						1	1	16,7%
		1	1	1	1	1	1	6	



Quadro 16 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 4).

Cod.	Segmento identificado	E1	E2	E3	E4	E5	E6	Total	Resultados
01	Não concorda com atual quadro jurídico, nos crimes praticados com armas de fogo.				1	1	1	3	50%
02	Concorda parcialmente.			1				1	16,6%
03	Merece uma reapreciação dos pressupostos.	1						1	16,6%
04	Concorda com a reserva na PJ.		1					1	16,6%
		1	1	1	1	1	1	6	

Quadro 17 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 5).

Cod.	Segmento identificado	E1	E2	E3	E4	E5	E6	Total	Resultados
01	Revisão da LOIC.			1	1	1	1	4	50%
02	Reforçar o papel de coordenação do SGSSI.	1		1				2	25%
03	Assegurar uma direção mais eficaz do inquérito por parte do MP.	1						1	12,5%
04	O sistema funciona com relevante grau de eficiência.		1					1	12,5%
		2	1	2	1	1	1	8	

Quadro 18 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 6).

Cod.	Segmento identificado	E4	E5	E6	Total	Resultados
01	Melhorar a coordenação.	1	1	1	3	60%
02	Capacidade de controlo, de coordenação e de supervisão centralizada.	1			1	20%
03	Melhorar o processo de análise de informação criminal.			1	1	20%
		2	1	2	5	



Quadro 19 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 7).

Cod.	Segmento identificado	E4	E5	E6	Total	Resultados
01	Constituição de Equipas Mistas com SIC/UI.	1	1		2	66,7%
02	implementação de uma equipa especialmente orientada para a CVG.			1	1	33,3%
		1	1	1	3	

Quadro 20 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 8).

Cod.	Segmento identificado	E4	E5	E6	Total	Resultados
01	Concorda com a implementação da especialização nos NIC.		1		1	33,3%
02	Concorda parcialmente com a especialização nos NIC.	1		1	2	66,7%
		1	1	1	3	

Quadro 21 - Análise dos segmentos das entrevistas (Questão 9).

Cod.	Segmento identificado	E4	E5	E6	Total	Resultados
01	Necessidade de revisão do Despacho N.º 18/14 – OG.	1			1	33,3%
02	Concorda com o modelo atual (dependência da SIC-UI do GIOE).		1		1	33,3%
03	Constituição de uma Subunidade com polos em Lisboa e Porto.			1	1	33,3%
		1	1	1	3	



Apêndice G — Sinopse das entrevistas

Quadro 22 - Sinopse das entrevistas

QUESTÕES/PROBLEMÁTICAS	E1	E2	E3
	Dr. Rui Pereira	Dr. Luis Neves	Superintendente Dário Prates
Considera que a repartição de competências pelos OPC de competência genérica na investigação à CVG está adequada à realidade atual? (Q.1.)	<p>“Antes de 2008 não havia a distinção entre a chamada reserva absoluta e reserva relativa de competência da PJ para a investigação criminal [...]”.</p> <p>“Quando é aprovada a nova LOIC, a ideia da competência reservada absoluta e relativa, não foi de aumentar as competências da PJ, foi o facto de reconhecer que a PJ não podia eficazmente investigar todos os crimes, por exemplo com armas de fogo.”</p> <p>“Impõem-se uma revisão? claro, aquela lista merece ser revista e, portanto, a experiência deve levar a que seja revista [...]”</p>	<p>“Parece-nos que está adequada”.</p> <p>“Quando observamos o elenco de crimes que preenchem o conceito de criminalidade violenta e grave, por exemplo no RASI 2021, verificamos que é já maioritariamente investigada por órgãos de polícia criminal como a GNR e a PSP. A reduzida percentagem destes crimes investigados pela PJ está incluída na sua competência reservada [...]”.</p> <p>“O know-how e a especialização da Polícia Judiciária são um trunfo estratégico para que se mantenha a respetiva competência reservada definida na LOIC”.</p>	<p>“[...] o legislador pretendeu trazer eficácia à investigação criminal, fazendo depender essa eficácia, por um lado, da criminalidade, e por outro, da natureza dos OPC, e optou por dar à PJ a investigação a cargo duma polícia científica”.</p> <p>“Como base nessa diferença, entre a tecnicidade da PJ e a proximidade da PSP e GNR, é que resulta a maior ou menor eficácia da investigação da criminalidade [...]”.</p> <p>“A CVG também deve atender a este princípio [...]”.</p>
	E4	E5	E6
	Tenente-coronel João Nortadas	Tenente-coronel Bruno Fernandes	Tenente-coronel Paulo Nogueira
	<p>“Considero que atualmente a repartição de competências pelos OPC não está adequada à realidade criminal.”</p> <p>“[...] como exemplo temos as situações em que por apenas implicarem o uso de arma de fogo, uma investigação que pode decorrer num OPC de competência genérica, deverá passar para outro OPC de competência reservada”.</p>	<p>“Não considero adequado, porque neste momento os OPC de competência genérica já possuem capacidade e experiência para poder desenvolver grande parte das investigações que estão vedadas por força do Art.º 7º da LOIC”.</p>	<p>“Não. Os OPC de competência genérica, designadamente a GNR e PSP, têm vindo a acumular conhecimento e experiência no campo da investigação criminal muito relevante. Tal condição tem permitido a estes OPC demonstrar capacidade crescente para investigar crimes mais graves e mais complexos”.</p>



QUESTÕES/PROBLEMÁTICAS	E1	E2	E3
	Dr. Rui Pereira	Dr. Luis Neves	Superintendente Dário Prates
<p>Dos ilícitos criminais atualmente incluídos no catálogo da CVG, considera que os de menor complexidade de investigação poderiam passar para a competência da GNR e PSP? Justifique. Se respondeu sim, indique quais?</p> <p>(Q.2.)</p>	<p>“Faz todo o sentido que haja uma tendência para o alargamento da competência das FFSS (GNR/PSP) relativamente a esses crimes [...]”.</p>	<p>“[...] muitos dos crimes elencados como integrando a criminalidade violenta e grave já são investigados pela GNR e PSP, sem violação do definido na LOIC”</p> <p>“Contudo, deve ser sublinhado que um tipo de crime desse catálogo, que aparentemente é identificada como de menor complexidade, poderá não o ser ou, sendo-o efetivamente, poderá assumir a maior relevância num puzzle investigatório de CVG de maior complexidade”.</p>	<p>“Se nós olharmos para o conjunto de crimes violentos e graves nesta perspetiva, ou seja, para a eficácia da investigação daquele crime concreto é o “conhecimento de rua” mais relevante? Ou é a “tecnicidade”? Sempre que for a proximidade deve ser a PSP ou GNR a investigar e isso aplica-se na generalidade aqueles crimes. Por exemplo, a questão dos crimes executados com armas de fogo”.</p>

	E4	E5	E6
	Tenente-coronel João Nortadas	Tenente-coronel Bruno Fernandes	Tenente-coronel Paulo Nogueira
	<p>“Considero que sim! No entanto, todos os crimes são complexos, pois a garantia das provas recolhidas, necessitam de um cuidado rigoroso em qualquer investigação”.</p>	<p>“Sim. Todos os roubos, extorsão e associação criminosa. Porque considero que são crimes em que os OPC de competência genérica dispõem das ferramentas necessárias para resolver as investigações”.</p>	<p>“Sim. [...] considero que a GNR e PSP terão maior vocação para a investigação da criminalidade de rua, o que engloba grande parte da criminalidade VG”.</p>



QUESTÕES/PROBLEMÁTICAS	E1	E2	E3
	Dr. Rui Pereira	Dr. Luis Neves	Superintendente Dário Prates
Nos crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa, nos termos art.º 7, n.º 2, al. a) da LOIC, concorda com a atribuição de competência reservada à PJ, mesmo em situações de detenção do suspeito em flagrante delito, por outro OPC? Justifique. (Q.3.)	<p>“Em relação aos crimes dolosos, eu francamente acho que é útil que seja sempre a PJ competente para a investigação, porque mesmo que haja flagrante delito são crimes que envolvem prova pericial, autopsias, que envolvem ponderações que convém fazer conjuntamente em relação a todo o universo dos crimes dolosos.”</p> <p>“[...] muito sinceramente se me competisse decidir não mudava o panorama da investigação dos homicídios dolosos”.</p>	<p>“[...] na sequência de alterações legislativas efetuadas em 2001 conduziram ao fim da possibilidade de investigação de homicídios, mesmo que contra conhecidos, pela PSP ou pela GNR. Essa orientação do legislador de então mantém-se atualmente em vigor [...]”.</p> <p>“A Polícia Judiciária tem nos seus quadros elementos altamente especializados nesta área criminal [...]”.</p> <p>“Concordamos com a atual opção do legislador”.</p>	<p>“Concordo com a atribuição dessa competência à PJ, ainda que o suspeito tenha sido detido em flagrante delito.”</p> <p>“Sempre que está em causa a vida duma pessoa, nomeadamente nos crimes dolosos ou agravados pelo resultado (não estando aqui os crimes de homicídio por negligência), podendo exigir na sua investigação a componente de “tecnicidade”, que não está ao dispor dos OPC de proximidade, deverá ser a PJ a assegurar a mesma [...]”.</p>
	E4	E5	E6
	Tenente-coronel João Nortadas	Tenente-coronel Bruno Fernandes	Tenente-coronel Paulo Nogueira
	<p>“Esta é uma das questões mais sensíveis! Os crimes de “sangue” são aqueles cujas penas são mais “pesadas”, devendo ser garantidas que todas as provas são inequivocamente seguras.”</p>	<p>“Concordo, apenas nos casos em que as diligências subsequentes para obtenção de prova apenas sejam possíveis desenvolver pela PJ [...]”.</p>	<p>“[...] o MP deve desde logo efetuar uma apreciação da ocorrência e, face à sua avaliação da complexidade da investigação, deverá poder decidir se vai para um OPC de competência genérica ou reservada”.</p>



QUESTÕES/PROBLEMÁTICAS	E1	E2	E3
	Dr. Rui Pereira	Dr. Luis Neves	Superintendente Dário Prates
<p>Relativamente aos crimes praticados com arma de fogo, conforme decorre art.º 7, n.º 3, alínea h) da LOIC, em particular nas diversas tipologias do roubo do catálogo da CVG, concorda com a atribuição de competência reservada à PJ? Justifique.</p> <p>(Q.4.)</p>	<p>“Acho que se podia fazer uma alteração, porque tem havido um crescimento, uma massificação destes crimes, e penso que a atribuição de competência à GNR e PSP desses crimes poderia até permitir a PJ se dedicasse a alguma criminalidade que é muito difícil de investigar, refiro-me à criminalidade económica e financeira, à cibercriminalidade e que exigem uma grande concentração de esforços”.</p>	<p>“Esta competência quanto ao meio/modo de cometer crimes tem uma longa tradição”.</p> <p>“A circunstância de modo é de tal forma grave que justifica um tratamento investigatório diferenciado. A verdade é que assim se tem mantido, pelo que com ela concordamos pela própria valência criminal (os elementos do tipo do crime) e pela informação que daí se retira não só das diligências investigatórias, mas como da análise forense das armas de fogo e outros instrumentos do crime”.</p>	<p>“Se nós olharmos para a LOIC é competência da PJ os crimes executados com <i>“armas de fogo e objetos armadilhados”</i>. Não é “crimes executados com armas de fogo”.</p> <p>“Mas, o MP tem entendido assim e tem delegado na PJ”.</p> <p>“Quando é que a PJ deveria garantir a investigação com armas de fogo? como refere a LOIC, quando as armas de fogo são utilizadas conjuntamente objetos armadilhados, e quando haja efetivamente recurso a arma de fogo contra uma pessoa”.</p>

	E4	E5	E6
	Tenente-coronel João Nortadas	Tenente-coronel Bruno Fernandes	Tenente-coronel Paulo Nogueira
	<p>“Não concordo, tal como já referido na resposta à questão 1”.</p>	<p>“Não concordo. Existem diversos crimes perpetrados com recurso a arma fogo, em que o seu uso é apenas para intimidar, nem sequer são efetuados disparos”.</p>	<p>“[...] o facto de ser usada arma de fogo, arma branca ou até mesmo apenas a ameaça de uso da violência física na prática de um roubo, não tem uma relação direta com a complexidade da investigação criminal”.</p> <p>“Podemos mesmo dizer que frequentemente alguns roubos com arma de fogo são de investigação simples e por vezes diretamente relacionados com outros crimes onde não é usada (ou referenciada) arma de fogo, dispersando as investigações por OPC diferentes”.</p>



QUESTÕES/PROBLEMÁTICAS	E1	E2	E3
	Dr. Rui Pereira	Dr. Luis Neves	Superintendente Dário Prates
<p>Que alterações legislativas, ou de qualquer outra natureza, poderiam vir a ser implementadas para melhorar a investigação da CVG, no âmbito do Sistema de Investigação Criminal?</p> <p>(Q.5.)</p>	<p>“[...] eu diria que a grande aposta para melhorar o SIC é nos órgãos de coordenação”.</p> <p>“Eu se tivesse que estudar o assunto faria duas perguntas: primeira pergunta, como se pode reforçar o papel coordenador do SGSSI, sem por em causa a cadeia de comando das polícias; e a segunda pergunta como se pode assegurar uma direção mais eficaz do inquérito pelo MP, de forma a garantir mais fluidez na ação dos OPC”.</p>	<p>“A Polícia Judiciária está aberta a discussão de eventuais alterações legislativas cujo único foco seja a melhoria da prevenção e investigação da criminalidade violenta e grave”.</p> <p>“Contudo, mais do que pretender alterações legislativas por si só, há que efetuar um trabalho de fundo, importando analisar, conjuntamente e de forma holística, o sistema implementado”.</p> <p>“Importa também, na supramencionada análise, salientar os pontos eficientes, promovê-los e, eventualmente, reproduzi-los de forma adaptada”.</p>	<p>“[...] a LOIC, em primeiro lugar, deveria comportar um texto que permitisse uma correta interpretação no sentido de dar aos OPC de proximidade competências de investigação nos crimes em que as armas de fogo são utilizadas [...]”.</p> <p>“Nós temos hoje o SGSSI, entidade com competências de coordenação entre as FFSS que pode e deve assumir essas funções de coordenação [...]”</p> <p>“[...] o SSI com a capacidade dessa coordenação, trazia grandes benefícios e uma maior eficácia à investigação criminal”.</p>

	E4	E5	E6
	Tenente-coronel João Nortadas	Tenente-coronel Bruno Fernandes	Tenente-coronel Paulo Nogueira
	<p>“Essencialmente a revisão da LOIC.”</p>	<p>“Não deveria haver crimes de competência reservada à PJ.”</p>	<p>“Alteração legislativa à LOIC, no sentido de dar competência à GNR e PSP para investigação da CVG”.</p> <p>“Agilizar os procedimentos para o MP decidir quem fica com que investigações”.</p>



QUESTÕES/PROBLEMÁTICAS	E4	E5	E6
	Tenente-coronel João Nortadas	Tenente-coronel Bruno Fernandes	Tenente-coronel Paulo Nogueira
<p>Considera que a coordenação e articulação entre os órgãos de investigação criminal suprarreferidos é adequada no combate à CVG?</p> <p>Que medidas poderiam ser implementadas para melhorar esse contributo?</p> <p>(Q.6.)</p>	<p>“Uma das problemáticas da IC da GNR é a sua grande dispersão territorial, que se por um lado tem a vantagem de os investigadores serem conhecedores dos problemas das suas ZA, existe a desvantagem da GNR não ter desenvolvido uma capacidade de controlo, coordenação e supervisão centralizada [...]”.</p>	<p>“Penso que a grande questão de articulação não é no combate à CVG, mas ter uma capacidade integrada para poder combater os fenómenos criminais que ocorrem em Portugal, em especial os que têm maior incidência na ZA da GNR”.</p> <p>“Para reduzir estes números é necessário melhorar a coordenação, não só dentro da estrutura de IC da GNR, mas também com a componente territorial”.</p>	<p>“Nem sempre é a melhor”.</p> <p>“Acima de tudo a melhoria do processo de análise de informação criminal, desde logo impedindo que dois órgãos distintos possam estar a investigar o mesmo indivíduo/grupo”.</p>

	E4	E5	E6
	Tenente-coronel João Nortadas	Tenente-coronel Bruno Fernandes	Tenente-coronel Paulo Nogueira
<p>Nos termos do Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de março, aos NIC dos Comandos Territoriais não foi contemplada a investigação de crimes especialmente orientados para a CVG na sua ZA, à semelhança das competências atribuídas à SIC da UI nesta matéria.</p> <p>Considera que a implementação desta medida poderia vir a melhorar o contributo da GNR no combate à CVG?</p> <p>(Q.7.)</p>	<p>“Existe muitos crimes que estão no “catalogo” da CVG que sem problema pode ser perfeitamente investigada, quer pelos NIC das SHC dos CTer Tipo I, quer pelos NIC dos DTer”.</p> <p>“[...] caso os suspeitos tenham facilidade de acesso a armas de fogo (e deverá ser considerado o tipo de armas de fogo) essa investigação deverá passar a ser delegada ou através de constituição de equipas mistas, com a SIC/GIOE/UI”.</p>	<p>“Considero que as forças locais se devem concentrar a resolver os problemas locais, e caso no decurso da investigação se detete que o fenómeno é mais abrangente, devem ser envolvidos os recursos da GNR tem disponíveis, quer no âmbito de uma <i>Task Force</i>, quer transitando o processo para outra SIC”.</p>	<p>“Sim, considero”.</p> <p>“Desde logo, a distância do CTer Porto à UI dificulta que seja a SIC da UI a assumir essa missão na ZA deste CTer”.</p>



QUESTÕES/PROBLEMÁTICAS	E4	E5	E6
	Tenente-coronel João Nortadas	Tenente-coronel Bruno Fernandes	Tenente-coronel Paulo Nogueira
<p>Considera que a implementação de EIC temáticas, especialmente nos NIC Tipo 1 e Tipo 2, com uma equipa dedicada à investigação da CVG, à semelhança dos NICD relativamente à investigação dos crimes de droga, poderia vir a melhorar o contributo da GNR nesta matéria?</p> <p>(Q.8.)</p>	<p>“Considero muito importante a especialização dos investigadores dentro dos NIC cujo o efetivo assim permitam”.</p>	<p>“Pessoalmente sou defensor de especialização pois só assim nos podemos afirmar interna e externamente”.</p> <p>[...] penso que deveríamos ativar outras especializações. Uma possibilidade seriam equipas para a investigar a CVG [...]”.</p>	<p>“[...] mesmo dentro de um só CTer pode haver realidades socio criminais significativamente distintas entre NIC.”</p> <p>“Assim, sou do parecer que se deve conceder flexibilidade às unidades neste ponto. No entanto, essa equipa especializada deve existir, e salvo melhor opinião será o NIC do CTer”.</p>

	E4	E5	E6
	Tenente-coronel João Nortadas	Tenente-coronel Bruno Fernandes	Tenente-coronel Paulo Nogueira
<p>Considera que a dependência orgânica da SIC/UI do GIOE está adequada à realidade atual? Justifique. Que alterações organizacionais, ou de qualquer outra natureza, poderão vir a ser implementadas para melhorar o contributo da GNR na investigação da CVG?</p> <p>(Q.9.)</p>	<p>“Revisão do Despacho N.º 18/14, que já está em curso”.</p> <p>“Redefinição dos crimes considerados de competência reserva a outro OPC”.</p> <p>“Redefinição real dos crimes que deverão ser catalogados como CVG”.</p>	<p>“Estou totalmente de acordo com este modelo, uma vez que existem outros de referência, como é o caso do GAR da <i>Guardia Civil</i> em Espanha”.</p> <p>“O princípio é ter capacidade de pesquisa de informação, análise, tratamento de informação e intervenção para poder fazer face às ameaças”.</p>	<p>“A situação ideal seria a criação de uma pequena unidade especializada, dedicada à investigação da criminalidade de âmbito nacional, com especial vocação para a CVG [...]”.</p> <p>“[...] mas com polos apenas em Lisboa e Porto [...]”.</p>